

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

MAYARA VANESSA DA SILVA FERREIRA

**A “REVOLUÇÃO BRASILEIRA”: um estudo sobre a questão agrária a partir da
Liga dos Camponeses Pobres (1995-2022)**

São Luís

2022

MAYARA VANESSA DA SILVA FERREIRA

**A “REVOLUÇÃO BRASILEIRA”: um estudo sobre a questão agrária a partir da
Liga dos Camponeses Pobres (1995-2022)**

Monografia apresentada ao curso de História, da
Universidade Estadual do Maranhão, como requisito
para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Abrantes

São Luís

2022

Ficha Catalográfica

Ferreira, Mayara Vanessa da Silva.

A “Revolução Brasileira”: um estudo sobre a questão agrária a partir da Liga dos Camponeses Pobres (1995-2022) / Mayara Vanessa da Silva Ferreira. – São Luís, 2022.

94 f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes.

1. Liga dos Camponeses Pobres (LCP). 2. Capitalismo burocrático. 3. Questão agrária. 4. Revolução brasileira. 5. Revolução agrária. I. Título.

CDU 94:338.43.02(81)

MAYARA VANESSA DA SILVA FERREIRA

**A “REVOLUÇÃO BRASILEIRA”: um estudo sobre a questão agrária a partir da
Liga dos Camponeses Pobres (1995-2022)**

Monografia apresentada ao curso de História, da
Universidade Estadual do Maranhão, como requisito
para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

Aprovado em: ____/____/____

Elizabeth Sousa Abrantes

Profª. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes (Orientadora)

Universidade estadual do Maranhão

Isaac Giribet Bernat

Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat (Arguidor)

Universidade Estadual do Maranhão

Marinelma Costa Meireles

Profª. Dra. Marinelma Meireles (Arguidora)

Instituto Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus companheiros de luta, à minha família e amigos, que contribuíram com esse trabalho de forma direta e indireta. Ao meu irmão Lucas, minha fortaleza; ao meu pai pelo incentivo e à minha irmã Marcia, pelo suporte e apoio emocional e material. Por fim, agradeço à minha orientadora Elizabeth Abrantes, que teve um papel importante na reformulação do tema da pesquisa.

“Juramos pelo sangue derramado dos nossos companheiros na fazenda Santa Elina, levar a qualquer custo a luta pela terra, pela democracia, justiça e trabalho até a vitória final.”

Juramento feito pelos resistentes da Batalha de Santa Elina na fundação do MCC, em Jarú-RO, 25 de fevereiro de 1996. Juramento assinado pelos continuadores da luta de Santa Elina e fundadores da LCP.

(NOSSO CAMINHO, 2006)

DEDICATÓRIA

Aos camponeses, que travam uma brava luta secular contra o que existe de mais atrasado em nosso país, aos camponeses que tomaram na batalha de Santa Elina, oferecendo seu generoso sangue à revolução brasileira.

Dedico também ao meu irmão Marcelo e à minha mãe, porque cada conquista, mesmo que pequena, será sempre dedicada a eles.

RESUMO

A pesquisa apresentada teve como objetivo fazer um estudo sobre a questão agrária brasileira a partir das concepções e ações da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), nesse sentido, a pesquisa permitiu compreender o problema agrário-camponês no Brasil tomando o capitalismo burocrático como categoria analítica bem como compreendermos quando e de que forma o capitalismo burocrático surgiu no Brasil. Para tal objetivo, além da utilização do documento *Nosso Caminho*, feito pela coordenação da LCP, tomamos como base os estudos de Souza (2014), Martins (2009) e Gomes (2014) como referências de pesquisas que se utilizaram do conceito de capitalismo burocrático para interpretar a realidade brasileira. Por ser a Liga um movimento camponês revolucionário, a pesquisa nos permitiu abrir espaço para o que já foi dito e escrito sobre a “revolução brasileira”. Apresentamos o debate sobre a “revolução brasileira” que havia na esquerda pré-1964 a partir do pensamento de Nelson Werneck Sodré e suas mudanças após o golpe militar de 1964 a partir do pensamento de Caio Prado Jr. e sua proposta de reelaboração da teoria da revolução brasileira. O campo teórico da pesquisa está fundamentado na utilização do conceito de cultura política dentro da chamada Nova História Política que se renova principalmente a partir da década 1980.

Palavras-chave: Liga dos Camponeses Pobres (LCP). Capitalismo burocrático. Questão agrária. Revolução brasileira. Revolução agrária.

ABSTRACT

The present research aims to conduct a study on the Brazilian agrarian question through the conceptions and actions of the Poor Peasants League (LCP), in this sense, the research allowed us to understand the agrarian-peasant question in Brazil by taking the analytical category of bureaucratic capitalism, as well to comprehend when and in which way bureaucratic capitalism appeared in Brazil. To approach said objective, as well as

using the document *Nosso Caminho*, made by the coordination of the LCP, we take the studies of Souza (2014), Martins (2009) and Gomes (2014) as references of studies that used the concept of bureaucratic capitalism to interpret the Brazilian reality. Being the LCP a revolutionary peasant movement, the paper allowed us to comment on what was already said and written about the “Brazilian revolution”. We present the debate on the “Brazilian revolution” that happened among the left in the years prior to 1964 through the thought of Nelson Werneck Sodr e and its changes after the military coup of 1964 through the thought of Caio Prado Jr. and his proposal of reworking the theory of the Brazilian revolution. The theoretical field of this research is fundamented on the concept of political culture inside the so-called New Political History that is renewed principally through the 80’s.

Keywords: Poor Peasants League (LCP). Bureaucratic capitalism. Agrarian question. Brazilian revolution. Agrarian revolution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
SITUANDO O CAMPO TEÓRICO	15
CAPÍTULO 01 – O DEBATE ACERCA DA “REVOLUÇÃO BRASILEIRA” NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960: CAIO PRADO JR. E NELSON WERNECK SODRÉ	20
1.1 DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO À REVOLUÇÃO BRASILEIRA	23
1.2 SODRÉ: O PROGRAMA NACIONAL-DEMOCRÁTICO	29
1.3 A BURGUESIA BRASILEIRA E A REVOLUÇÃO	35
1.4 CAIO PRADO JR. E A REELABORAÇÃO DA TEORIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA	40
CAPÍTULO 02 – A QUESTÃO AGRÁRIA DENTRO DO DEBATE DA “REVOLUÇÃO BRASILEIRA”	47
CAPÍTULO 03 – A LIGA DOS CAMPONESES POBRES – LCP (1995-2022): PROPOSTA DE REVOLUÇÃO BRASILEIRA NA ATUALIDADE	60
3.1 OS “NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS”	64
3.1.1 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST	65
3.2 CULTURA POLÍTICA DE ESQUERDA, MARXISMO-LENINISMO-MAOÍSMO	69
3.3 A LIGA DOS CAMPONESES POBRES - LCP	70
3.3.1 POR QUE CAMPONESES POBRES?	75
3.3.2 A QUESTÃO AGRÁRIA: CAPITALISMO BUROCRÁTICO E REVOLUÇÃO AGRÁRIA	77
3.3.2.1 CAPITALISMO BUROCRÁTICO NO BRASIL	81
3.3.2.2 O PROGRAMA DE NOVA DEMOCRACIA:	
3.3.2.3 REVOLUÇÃO AGRÁRIA X REFORMA AGRÁRIA	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

INTRODUÇÃO

Não é novidade alguma que, desde que Jair Messias Bolsonaro, ex-militar e ex-deputado federal entre os anos de 1991 e 2018, assumiu a presidência do Brasil, vem acenando positivamente para o agronegócio como demonstra sua presença no Agrishow em Ribeirão Preto (SP), a maior feira do agronegócio do país, no ano de 2019. O agronegócio foi o único setor da economia brasileira a crescer no ano de 2020 e bateu recordes de lucro e exportação, de acordo com a matéria publicada pelo jornal Brasil de Fato¹. As implicações diretas dessa tendência política são as tentativas de golpear de modo feroz os movimentos de luta pela terra. No ano de 2021, o presidente Jair Bolsonaro autorizou uma operação de GLO (Garantia da Lei e da Ordem) na Amazônia, sob a justificativa de que as Forças Armadas poderiam cooperar com apoio logístico nas ações dos órgãos civis de fiscalização ambiental para impedir o desmatamento e queimadas ilegais.

Por outro lado, movimentos sociais do campo repudiaram veementemente a autorização de Bolsonaro e afirmam que o objetivo é usar as Forças Armadas para acirrar os conflitos agrários em defesa do agronegócio, provocando uma situação de guerra não declarada contra camponeses, quilombolas e indígenas². Portanto, diante de tal cenário e, não por acaso, a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) tem estado sob os holofotes do governo Bolsonaro gerando um estado de alerta, a preocupação é tamanha que o presidente fez declarações públicas diretas de ameaça à Liga, acusando-a de ser um grupo terrorista. Inúmeros portais noticiaram a intenção de Bolsonaro de colocar a LCP como guerrilha terrorista para justificar ação das Forças Armadas contra o movimento camponês³. As óbvias intenções de criminalização do movimento camponês mobilizaram mais de 400 entidades democráticas na campanha de solidariedade aos camponeses da

¹ A matéria intitulada *Agronegócio: um dos principais interessados no aprofundamento do golpe à democracia brasileira*, e publicada no dia 30/08/2021, pode ser acessada através do link: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/30/agronegocio-um-dos-principais-interessados-no-aprofundamento-do-golpe-a-democracia-brasileira>

² A notícia intitulada *Movimentos do campo repudiam proposta de usar GLO em ações de reintegração de posse*, publicada em 27/11/2019, pode ser acessada através do link: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/27/movimentos-do-campo-repudiam-proposta-de-usar-glo-em-aco-es-de-reintegracao-de-posse>

³ A notícia intitulada *Bolsonaro inventou guerrilha terrorista em Rondônia para justificar ação de força nacional*, publicada em 11/11/2021, pode ser acessada através do link: <https://racismoambiental.net.br/2021/11/11/bolsonaro-inventou-guerrilha-terrorista-em-ro-para-justificar-acao-da-forca-nacional-diz-procurador/>

Liga expresso no Manifesto em Defesa da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) contra a criminalização da luta pela terra, tais como a CEBRASPO, ABRAPO, APUBH, ABRA, entre outras⁴.

Por essas motivações, a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) ganhou considerável visibilidade midiática, despertando o nosso interesse de modo a influenciar os caminhos deste trabalho. Entretanto, não é a primeira vez que a Liga é alvo de ataques e exposta midiaticamente como forma de criminalizar suas ações, em março de 2008 a revista “ISTO É” publica uma matéria difamatória contra a LCP com o título “O Brasil tem guerrilha”⁵, acusando as famílias de camponeses que compõem a LCP de terroristas e assassinos. De acordo com Silva (2014), a Liga dos Camponeses Pobres surgiu em 1995, logo após o conflito que ficou popularmente conhecido como o “Massacre de Corumbiara” em Rondônia, seu lema é “Conquistar a terra e destruir o latifúndio”. Em um documento intitulado *Nosso Caminho* (2006), a Liga apresenta sua linha política geral onde escreve que:

A concentração da terra tem sido historicamente a causa principal da aguda desigualdade social de extrema miséria de milhões de famílias de camponeses, do inchaço das grandes cidades, da marginalização, fome e violência permanente que se abate sobre os pobres do campo. Na luta de resistência contra a sua expulsão da terra ou pela conquista dela, os camponeses enfrentam a mais sistemática e prolongada violência pelo velho estado reacionário brasileiro e pelos bandos paramilitares dos latifundiários, com o acobertamento criminoso da “Justiça”, na mais descarada impunidade que açula ainda mais a selvageria das classes dominantes. (NOSSO CAMINHO, LCP, 2006)

Ainda no documento *Nosso Caminho*, o movimento camponês caracteriza as relações no campo de servis e semi servis veladas pela denominação formal de assalariamento e aponta que o programa agrário deve exigir a destruição total do latifúndio e a entrega imediata de parcelas de terra aos camponeses sem terra ou com pouca terra. Categorias como “latifúndio”, “servidão”, “revolução agrária”, “imperialismo” e “capitalismo burocrático” permeiam toda a cartilha, o que nos leva a concordar com o que afirma Silva (2014)

⁴ A notícia intitulada *Mais de 500 entidades democráticas e defensoras dos direitos do povo assinam manifesto em defesa do acampamento Manoel Ribeiro e da Liga dos Camponeses Pobres e pela liberdade imediata dos camponeses presos*, publicada no dia 21/05/2021, pode ser acessada em: <https://cebraspo.blogspot.com/2021/05/dezenas-de-entidades-democraticas-e.html>

⁵ Pode ser acessada em: https://istoe.com.br/2158_O+BRASIL+TEM+GUERRILHA/

As teses teóricas que fundamentam o programa agrário e os objetivos da LCP revelam-nos uma interpretação da questão agrária que está centrada em três conceitos: semifeudalidade, capitalismo burocrático e imperialismo. Os estudiosos que trabalham com esses conceitos tomam por base algumas leituras teóricas da realidade produzidas por Marx, Engels, Lênin e Mao Tsé Tung. (SILVA, 2014, p. 77)

É dessa forma, portanto, que a Liga dos Camponeses Pobres se aproxima e traz para a atualidade o debate sobre a “revolução brasileira” que havia na esquerda pré-1964, porém, o traz com novas contribuições.

No primeiro capítulo, apresentamos os paradigmas teóricos da revolução brasileira presentes no pensamento de Caio Prado Jr e Nelson Werneck Sodré, desde a natureza da formação história do Brasil (isto é, do(s) modo(s) de produção da colônia) ao programa revolucionário e caracterização dos agentes sociais da revolução. Sodré defendeu a tese da regressão feudal ao interpretar as relações sociais no contexto agrário brasileiro desde a sua formação histórica, tal tese levantou um grande debate nas décadas de 1950 e 1960 entre os que se colocavam contra e os que se posicionavam a favor. Caio Prado Jr foi o pensador que mais se empenhou em combater a tese da semifeudalidade no país, para ele, o Brasil é capitalista desde o período colonial, além de ter proposto uma reelaboração da teoria da revolução brasileira após o golpe militar de 1964 e a derrocada do programa democrático.

Os anos de 1950/1960 foram marcados pelo debate nacionalista entre os intelectuais brasileiros, as discussões sobre a formação histórico-econômica do Brasil e seu modo de produção eram acompanhadas de estratégias e programas políticos que deveriam ser colocados em prática visando a transformação radical da sociedade brasileira, o programa da revolução brasileira estava na ordem do dia. Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr figuram lados opostos desse debate, suas teses e perspectivas sobre os caminhos da revolução brasileira sintetizam os dois caminhos que o debate nacionalista, no campo de esquerda, levou. Este capítulo procurou estabelecer as posições mais significativas entre os dois autores e suas principais diferenças, a relevância está em compreender que o interesse sobre os caminhos e programa da revolução brasileira, que teve início na primeira metade do século XX, encontra sentido no presente tendo como maior expressão a atuação da Liga dos Camponeses Pobres que exige que o debate seja feito com o seu programa revolucionário, com a sua preocupação em investigar historicamente as causas do atraso brasileiro acompanhada de uma intervenção prática em nossa sociedade. Para o desenvolvimento deste capítulo utilizamos as obras

Introdução à revolução brasileira (1958), *Formação Histórica do Brasil* (1962) e *História da burguesia brasileira* (1964) de Nelson Werneck Sodré, a primeira obra como principal objeto do estudo e as duas últimas como complemento para melhor compreensão de seu pensamento. Da mesma forma, selecionamos *A revolução brasileira* (1966), de Caio Prado Jr, como principal objeto de estudo e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) como complemento.

O segundo capítulo inicia com uma breve abordagem sobre a questão agrária brasileira com base, principalmente, em Martins (1981), Guimarães (2009) e Medeiros (2008) para em seguida apresentar o problema agrário-camponês na interpretação de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré.

Por fim, o terceiro capítulo elucida a interpretação agrária do Brasil feita pela LCP a partir do conceito de capitalismo burocrático como uma categoria de análise fundamental para compreendermos o problema agrário nos países de capitalismo atrasado. Procuramos também localizar a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) dentro de uma cultura política de esquerda – marxista-leninista-maoísta – ao defender a emergência de uma revolução democrática que solucione, de uma vez por todas, o problema do monopólio da terra e ao apresentar em seu principal documento conceitos como imperialismo, semifeudalidade e capitalismo burocrático, além das cores vermelhas de suas bandeiras. Para este terceiro capítulo utilizamos como subsídio os jornais “A Nova Democracia” e o “Resistência Camponesa”, que são apoiadores de formação de um discurso geral do movimento camponês. O jornal “Resistência Camponesa” tem a função específica de noticiar os conflitos por terra em que os camponeses organizados pela LCP estão envolvidos, como denúncia às ações violentas do latifúndio e do Estado, mas também a reação ativa e organizada dos camponeses frente a tais violências enquanto o jornal “A Nova Democracia”, com o objetivo de construir e apoiar a imprensa popular e democrática, divulga as lutas populares nacionais e internacionais (SILVA, 2014). De acordo ainda com Silva, “o jornal se mostra como um meio de comunicação apoiador desses movimentos sociais que organizam uma massa de trabalhadores numa luta anti-imperialista e que possuem como objetivo principal a construção dessa nova democracia.” (SILVA, 2014, p. 82).

Os jornais serviram como fontes ricas para o melhor conhecimento das atividades que os camponeses desenvolvem organizados pela Liga. Além dos jornais, utilizamos o documento de apresentação da linha política geral da LCP, estabelecida e adotada pelas LCPs no 1º Congresso da LCP realizado no ano de 2000, o *Nosso Caminho*, nele consta

o programa agrário do movimento camponês e foi fundamental para compreendermos em qual contexto e interpretação do Brasil o movimento organiza sua luta. Ainda no terceiro capítulo, fizemos uma breve abordagem sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por ser o movimento camponês de maior expressão no Brasil, com o objetivo de tornar mais clara a atuação da LCP na luta pela terra em nosso país.

1.1 Situando o campo teórico

O presente trabalho tem na História Política *renovada* seus referenciais teóricos, aquela que buscou se distanciar das formas mais tradicionais de historiografia do século XIX para retomar o político como fator de História. René Rémond (2003), na obra *Por uma História Política*, escreve que a história política teve muito prestígio em uma certa historiografia do século XIX, precisamente a historiografia da chamada Escola Metódica, que surge na França, e tem como programa ou “manifesto” principal a obra *Introduction aux études historiques (1897)* de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, ambos professores da prestigiada Sorbonne.

Sabe-se que a preocupação da História, nesse momento, era de dar legitimidade científica à disciplina histórica pois, tal como as ciências naturais e exatas, ela buscava se profissionalizar. No lugar de questões históricas especulativas, reflexivas e subjetivas, as questões deveriam ser objetivas, neutras, científicas, a História do século XIX tinha a pretensão de apenas narrar os acontecimentos. Ao escrever sobre os postulados teóricos da Escola Metódica, Guy Bourdê a descreve como um modelo mecanicista:

O historiador registra o fato histórico, de maneira passiva, como o espelho reflete a imagem de um objeto, como o aparelho fotográfico fixa o aspecto de uma cena ou de uma paisagem, a tarefa do historiador consiste em reunir um número suficiente de fatos baseados em documentos confiáveis; a partir desses fatos, a narrativa histórica se organiza e se deixa interpretar por si mesma. (BOURDÉ, 2018, p. 190)

Ao dar valor às narrativas dos acontecimentos particulares, a história tradicional do século XIX privilegia a história dos “grandes homens de Estado”, da formação dos Estados nacionais, os fatos militares e diplomáticos dos quais a história política também se interessava. Portanto, a história política estava presa à história factual, dos acontecimentos. “Ao privilegiar o particular, o nacional, a história política privava-se, ao mesmo tempo, da possibilidade de comparações no espaço e no tempo, e interditava-se a

generalizações e sínteses que, apenas elas, dão ao trabalho do historiador sua dimensão científica.” (RÉMOND, 2003)

No entanto, essa história política tradicional vai perdendo prestígio na medida que a Escola dos Annales se afirma no cenário da produção e da renovação historiográfica francesa. O grupo dos Annales se constitui como uma negação à história tradicional e a principal opositora da história política, para os Annales a história não se esgotava no domínio político. A história-acontecimento dá lugar à história-problema nessa nova abordagem. Das diversas críticas direcionadas à história política, o historiador Pascal Balmand destaca algumas críticas fazendo menção à história política tradicional e os questionamentos da escola dos Annales, tais como “a sacralização do Estado monárquico e em seguida uma exaltação militante do republicanismo, com suas fontes escritas e oficiais, ela focalizava o Estado, as instituições, as lutas pelo poder, e etc.” (BALMAND, 2018). “Ali onde é preciso conceber os fenômenos históricos em função das massas, ela raciocina de acordo com a lógica elitista, psicologizante e rasamente bibliográfica dos “grandes homens” (BALMAND, 2018). René Rémond (2018), ao escrever sobre os pressupostos da Escola dos Annales destaca que a renovação historiográfica dos anos 1930 estava interessada nas estruturas e não em conjunturas:

Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais, que os fenômenos registrados numa longa duração eram mais significativos e mais decisivos que os movimentos de fraca amplitude, e que as realidades do trabalho, da produção, das trocas, o estado das técnicas, as mudanças da tecnologia e as relações sociais daí resultantes tinham mais consequências, e portanto deviam reter maior atenção dos observadores, que os regimes políticos ou as mudanças na identidade dos detentores de um poder cujas decisões, segundo se entendia, só faziam traduzir o estado da relação das forças sociais, ou refletir realidades anteriores às escolhas políticas. (RÉMOND, 2018, p. 16)

Portanto, sob a pressão da renovação historiográfica que se inicia nos anos 1930, a história política recupera fôlego e se renova também a partir da década de 1980. “Estava, portanto, escrito que a história política arcaria com os custos da renovação da disciplina: história obsoleta, subjugada a uma concepção antiquada, que tinha tido o seu tempo. Havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades.” (RÉMOND, 2018, p. 18). Balmand (2018) escreve que a nova história política multiplicou seus campos de investigação entre a política (poder, partido, vida

política) e o político, ou seja, “os diversos aspectos da cultura política e das determinações políticas que pesam sobre os indivíduos e os grupos” (BALMAND, 2018). Os enfoques de estudo da nova história política são, de fato, enriquecedores, ampliaram-se as abordagens: estudos de partidos políticos, estudo dos intelectuais, movimentos sociais, ideologias, instituições, relações de poder, associações civis, culturas políticas e etc.

O conceito-chave de nossa pesquisa é o de cultura política. Antes de tudo, é importante esclarecer que o conceito de cultura política não é um conceito propriamente da história política, ou da linha da história política francesa especificamente. A cultura política já existia como categoria analítica nos debates acadêmicos desde os anos 1950-60 nas escolas de sociologia norte-americanas. Mas não interessa, neste trabalho, traçar um panorama histórico do conceito de cultura política, partimos da compreensão de que se o conceito de cultura política já existia antes da transformação da história política, após sua renovação a história política e a cultura política tornam-se aliadas. Rodrigo Patto Sá Motta (2014) afirma que foi o conceito de cultura política que possibilitou a renovação da história política, nesse caminho também é válido dizer que a cultura política como categoria também se transformou e se ampliou a partir da renovação. É precisamente dentro dessa relação mútua que estamos utilizando o conceito de cultura política, ou seja, dentro da renovação da história política que se difere completamente da abordagem sociológica norte-americana. De acordo com Motta, podemos chamar a cultura política da renovação historiográfica de vertente pluralista do conceito de cultura política, assim ele escreve:

Ao contrário dos cientistas sociais dos EUA – muito influenciados pela sociologia e a psicologia – o grupo francês tem sua maior fonte de inspiração na antropologia, de cujo conceito de cultura se apropriaram. Eles formularam outra forma de conceber cultura política, tomando por base duas críticas principais ao modelo original norte-americano: primeiro, rejeitaram suas implicações etnocêntricas, pois ficava implícita na teorização de Almond e Verba a superioridade da cultura política cívica (ou democrática), considerada etapa superior e referência a ser seguida pelos povos ainda presos a formas “atrasadas” de organização política; segundo, entendiam ser inadequada a perspectiva nacional, tida como excessivamente generalista ao atribuir a todo um povo as características de uma mesma cultura política.

Ao contrário, os historiadores franceses preferem enfatizar as diferenças existentes dentro de um mesmo espaço nacional, a partir de um olhar que privilegia a pluralidade das culturas políticas. (MOTTA, 2014, p. 19-20)

A abordagem desse conceito que aqui nos interessa é a noção de cultura política como um conjunto de valores partilhados por grupos inteiros que pode ser justificado no

fenômeno de uma geração (no caso particular, geração de intelectuais) que tem diante de si as mesmas problemáticas pujantes na sociedade e pelas quais tomam escolhas parecidas. Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr. eram intelectuais ativos no debate nacionalista, seja dentro dos debates e formulações teóricas propostas pelo PCB como militantes do partido, seja no ISEB ou na Revista Brasiliense. Embora os intelectuais do PCB tenham aberto o caminho para o pensamento do projeto político da revolução brasileira desde os anos 1920, a pesquisa dá ênfase aos anos de 1950 e 1960, pois é nesse período que ocorre embate teórico entre Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr.

Portanto, os dois autores fazem parte de uma geração de intelectuais brasileiros preocupados com a intervenção prática de seus estudos na sociedade, é certo que o debate nacional-desenvolvimentista, que ganha força nos anos 1950 e 1960, não é homogêneo no que diz respeito ao projeto político nacionalista, porém, os dois autores, mesmo com concepções e estratégias divergentes, estão dentro do mesmo campo no debate, o campo nacionalista revolucionário ou campo nacionalista de esquerda, ou seja, estão dentro de uma mesma cultura política: intelectuais engajados em resgatar ou reinterpretar o sentido da formação histórica brasileira tendo em vista um horizonte de transformação radical. Podemos falar de uma cultura política nacionalista como necessidades de respostas a serem encontradas frente aos grandes dilemas do país.

A cultura política como a necessidade de respostas a serem encontradas face aos grandes dilemas de um país e as grandes crises da sua história encontra razão de ser na definição dada por Berstein (1998):

Ora, se a cultura política retira a sua força do facto de, interiorizada pelo indivíduo, determinar as motivações do ato político, ela interessa ao historiador por ser, em simultâneo, um fenómeno coletivo, partilhado por grupos inteiros que se reclamam dos mesmos postulados e viveram as mesmas experiências. Se existe um domínio em que o fenómeno de geração encontra justificação plena e total, é bem este. Submetido à mesma conjuntura, vivendo numa sociedade com normas idênticas, tendo conhecido as mesmas crises no decorrer das quais fizeram idênticas escolhas, grupos inteiros de uma geração partilham em comum a mesma cultura política que vai depois determinar comportamentos solidários face aos novos acontecimentos. (BERSTEIN, 1998, p. 361)

Assim, foi possível fazer o mapeamento dos lugares de produção e de ação dos intelectuais que são objeto desse estudo. Sodré estava ligado ao PCB, mas também fazia parte do círculo de intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), Caio

Prado, além do PCB, coordenava a Revista Brasiliense, desse modo, conseguimos compreender a assimilação de suas posições políticas dentro da cultura política compartilhada pelos grupos a que pertenciam. Utilizamos também o emprego do conceito de cultura política ao identificarmos a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) como herdeira de uma cultura política de esquerda preocupada com a “revolução brasileira”.

CAPÍTULO 01 – O DEBATE ACERCA DA “REVOLUÇÃO BRASILEIRA” NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960: CAIO PRADO JR. E NELSON WERNECK SODRÉ

A questão nacional ou o debate nacional, isto é, a preocupação em investigar quais são as identidades do Brasil, o que ele foi, o que ele é e o que ele deve ser, suas mudanças e suas continuidades em relação ao passado colonial sempre esteve presente nas produções da intelectualidade brasileira, mas são nas décadas de 1950 e 1960 que o debate em torno da questão nacional ganhará corpo como um projeto de desenvolvimento para o país promovido e incentivado como política estatal, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Na historiografia, de modo geral, ela foi colocada entre dois campos: o que priorizava a continuidade com o passado colonial português e, do outro lado, o que defendia, propunha e escrevia sobre a ruptura com o passado colonial, com o Brasil tradicional, “as duas categorias fundamentais que permitem a inteligibilidade e diferenciação desses discursos sobre o Brasil são categorias temporais: mudança e continuidade.” (REIS, 2019, p. 14). Mudança representando a modernização, progresso, revolução, independência e autonomia; e continuidade representando permanência, tradição e conservadorismo, portanto, ele conclui: “Mudança, para o Brasil, significa a identificação das forças que produzem a autonomia e a emancipação nacional; continuidade, a identificação das forças que reproduzem e renovam a dependência.” (REIS, 2019, p. 14). Em seu livro *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, José Carlos Reis (2019) afirma que a corrente que prioriza a continuidade está presente principalmente entre os anos 1850 a 1930, representada por Varnhagen e Gilberto Freyre; por outro lado, a corrente que propõe a mudança disputa espaço ainda na primeira metade do século XX, mas ganhará força principalmente nos anos 1960-70, representada por Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso e etc. É, também, dentro da vertente de ruptura que Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior estão como autores marxistas.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB assume parte significativa no debate nacional ao fazer parte da condução do projeto de desenvolvimento nacional⁶ nas décadas de cinquenta e sessenta do século XX e, através das orientações teóricas e

⁶ SOUZA, Edson Rezende De. **O ISEB:** a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950. Revista Tempo, Espaço e Linguagem. CES-JF, v.1, n.1, p. 147-164, jan./jul. 2010.

políticas que os intelectuais vinculados ao ISEB produzirão, fará surgir a ideologia nacional-desenvolvimentista como uma síntese dessas ideias e o nacional-desenvolvimentismo caminhará para o debate sobre a revolução brasileira:

Entre a segunda metade dos anos 1950 e o início os anos 1960, o debate sobre a revolução brasileira ganhou novo impulso, com a atuação firme de diversas editoras de esquerda, como Brasiliense, Fulgor, Laemmert e Civilização Brasileira, e com textos de intelectuais renomados, como Nelson Werneck Sodré, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Caio Prado Júnior, Elias Chaves Neto e tantos outros, em livros ou artigos, em revistas e jornais, espaços importantes para as discussões. (PERICÁS, 2019, p. 42)

Pericás (2019) escreve que a palavra “revolução” sempre foi usada de forma indiscriminada no Brasil para se referir a rebeliões populares ou situações de transição político-institucionais, mas que, em linhas gerais, a revolução brasileira pode ser interpretada como “um processo histórico de longa duração, a construção gradual de um arcabouço político e ideológico” (PERICÁS, 2019, p. 09), quer seja a interpretação de que o Brasil precisa de um projeto de modernização das estruturas econômicas ou a superação do passado colonial consolidando uma nação que rompe com o imperialismo. No que tange a discussão sobre a revolução no Brasil, há intérpretes que discordam que houve revolução burguesa, há aqueles que concordam, mas divergem em sua periodização histórica:

Algumas interpretações indicam como início do decurso da “revolução brasileira” o interregno entre o ano de 1808 (com a chegada da família real portuguesa e da corte ao Rio de Janeiro) e a independência formal em 1822; outros, por sua vez, sugerem como marco temporal 1850 (nesse caso, a partir do fim do tráfico de escravos); há aqueles que veem na década de 1920 seu começo, com as revoltas tenentistas como elemento-chave que esboçaria as grandes mudanças que ocorreram em seguida; e ainda os que apontam como data simbólica desse fenômeno 1930, com o ascenso de Getúlio Vargas ao poder. Diversos analistas, utilizando-se desses diferentes recortes cronológicos, tentaram entender as especificidades de nossa história para discutir prioritariamente, portanto, o desfecho da “revolução brasileira”, muitas vezes identificada como um processo encabeçado pela "burguesia. (PERICÁS, 2019, p. 9-10)

Logo em seguida, Pericás nos apresenta outro caráter da revolução brasileira mobilizada nos anos 50 e 60 do século XX:

Uma ala mais radical da intelectualidade, a seu turno (identificada com a “nova esquerda” na década de 1960), utilizava-se de análises conjunturais de política e de economia (tanto no âmbito interno quanto no mundial) e de uma avaliação distinta de nosso processo para apresentar a “revolução brasileira” como um “vir a ser”. Isso quer dizer que os episódios anteriores da história do país poderiam receber quaisquer outras designações, menos aquela que até então lhe era imputada. Muitos se recusariam, portanto, a considerar os eventos de 1930 por aquele título. A verdadeira “revolução brasileira”, segundo esses intérpretes, ainda estaria por acontecer e deveria ter, unicamente, o caráter socialista, “proletário” ou popular.” (PERICÁS, 2019, p. 11)

Como veremos melhor adiante, Nelson Werneck Sodré⁷ defendia uma revolução democrático-burguesa, que pode ser situada como um segundo ou novo tipo de revolução burguesa anti-imperialista, ao passo que Caio Prado Jr.⁸ entendia a revolução brasileira como um processo prolongado que ainda estaria acontecendo, remonta à lei áurea de 1888 e que continuaria inconclusa até que se resolvesse o problema da herança do nosso passado colonial nos dias atuais.

Os anos de 1950/1960 foram, também, marcados na historiografia brasileira, pelo viés estruturalista de caráter marxista em torno da discussão sobre o status do modo de produção brasileiro, sobre a natureza da formação histórica brasileira que vinham acompanhadas de estratégias e programas políticos a serem colocados em prática que visassem as mudanças estruturais necessárias na sociedade brasileira, o programa da revolução brasileira estava na ordem do dia. Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr. figuram lados opostos desse debate, suas teses e perspectivas sobre os caminhos da revolução brasileira bem como a natureza da formação histórica brasileira sintetizam os dois caminhos do debate que foram travados no campo da esquerda, essas diferenças no pensamento dos dois intelectuais se agudizam, principalmente, em suas abordagens e estratégias acerca do problema agrário no Brasil, por esse motivo, damos destaque à questão agrária dentro do debate sobre a revolução brasileira presente em suas produções.

⁷ Historiador marxista brasileiro, nasceu no Rio de Janeiro em 1911 e faleceu em 13 de janeiro de 1999.

⁸ Historiador e economista brasileiro, de inspiração marxista, nasceu em São Paulo no ano de 1907 e faleceu em 23 de novembro de 1990.

1.1 Do Nacional-Desenvolvimentismo à Revolução Brasileira

O Brasil da década de cinquenta e sessenta do século XX estava passando por profundas transformações causadas pela industrialização. Gorender (1987) escreve que nos anos 1940 se tem a implantação o setor estatal da economia na indústria de base e nos anos 1950, o sucesso do desenvolvimento do mercado interno torna atrativo o investimento de capital estrangeiro na produção industrial⁹.

A questão da reforma agrária também ganha força, saindo dos debates parlamentares e se mostrando na sociedade brasileira com intensas manifestações de seus interessados diretos - os camponeses. Dessa forma, Gorender faz a seguinte análise:

A opressão tradicional das relações primitivas sobre os camponeses recebia o acréscimo da nova fase de desenvolvimento capitalista, trazendo exigências maiores de trabalho, aumento da instabilidade, despejos sumários e marginalização. Por isso mesmo, em vários pontos do território nacional, avolumaram-se os choques entre latifundiários e posseiros, parceiros, colonos, moradores e foreiros. A partir de 1955, irradia-se de Pernambuco o movimento das Ligas Camponesas e se projeta a liderança de Francisco Julião. (GORENDER, 1987, p. 18)

É nesse momento, marcado por crises internas, que o debate sobre as estratégias de desenvolvimento para o país se tornará um projeto institucional em torno do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), criado em 1955, que assumirá significativa parte na condução do projeto nacional-desenvolvimentista no país, surge como um órgão subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, sua finalidade era analisar a realidade brasileira e assessorar o governo na orientação da política de desenvolvimento nacional, “o ISEB era um centro de altos estudos políticos e sociais, para promover a partir desses estudos a análise e a compreensão crítica da realidade brasileira visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitiriam o incentivo e o desenvolvimento nacional. Para tal reunião intelectuais das mais diversas filiações ideológicas e áreas do saber.” (SOUZA, 2010, p. 153)

⁹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas “a esquerda brasileira”**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

Os principais nomes do instituto eram Hélio Jaguaribe, Ignácio Rangel, Guerreira Ramos, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, era uma reunião de intelectuais dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Os anos de 1950 foram cenários de dois governos - o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). O governo JK acelerou o processo de industrialização brasileiro, o seu conhecido Plano de Metas, com o slogan de campanha Cinquenta anos em Cinco, visava aprofundar a industrialização que já estava em andamento desde o Estado novo, podendo ser considerado como um segundo período de industrialização. Seu governo foi profundamente atravessado pela ideologia nacional-desenvolvimentista:

Um dos setores mais próximos do presidente foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), uma instituição ligada ao Ministério da Educação e um dos principais centros de produção e difusão do ideário nacionalista. [...] A instituição defendeu muito abertamente a plataforma nacional-desenvolvimentista de JK. O presidente apoiou, por sua vez, as atividades do ISEB, que teve sua “idade de ouro” justamente no quinquênio juscelinista. (MOREIRA, 2003, p. 162)

Ainda sobre o ISEB e seu vínculo institucional com o governo, Souza escreve:

Mas, em se tratando de uma produção ideológica, o "nacional desenvolvimentismo" se dava através de uma capilaridade que permeava a realidade social através de diferentes maneiras: nos discursos presidenciais, nas publicidades governamentais, nos projetos institucionais, em produções intelectuais etc. Tratava-se de um conjunto de estratégias voltadas à construção de uma visão de mundo, um conjunto de mecanismos que atuavam na formação e condução ideológica do conjunto da sociedade brasileira. Nesse contexto, o ISEB torna-se uma singular referência dessa produção ideológica. (SOUZA, 2010, p. 151)

Podemos considerar que a premissa do desenvolvimento nacional era o projeto de industrialização do país, os ideólogos do ISEB na sua defesa pela modernização do país criticavam e encontravam no latifúndio e nas elites agrárias os principais vilões da nação, “a defesa da industrialização e a crítica ao latifúndio eram o que havia de mais comum entre os diferentes segmentos progressistas do período. A luta política e ideológica desses setores gerou a formação do que ficou conhecido como “movimento nacionalista”, um importante fenômeno social, político e ideológico da experiência democrática de 1946 a 1964.” (MOREIRA, 2003, p. 168)

As orientações políticas e programáticas do movimento nacionalista tinham como pontos de partidas principalmente o processo de industrialização que estava acontecendo no país, a reforma agrária e o problema da presença do capital estrangeiro no Brasil. É importante deixar claro que o Instituto Superior de Estudos Brasileiros não foi um bloco monolítico de ideias e que, em seu breve nove anos de existência, antes de ser invadido e destruído físico e institucionalmente pelos militares em abril de 1964, passou por diferentes fases. Lovatto (2010), considera que existiram duas fases no ISEB: a primeira compreende os anos de 1955-1960, marcado pelo projeto nacional desenvolvimentista do governo JK; a segunda compreende os anos de 1961-1964, período de transição de Jânio Quadros para João Goulart e fortemente influenciado pelas mobilizações em torno das reformas de base.

Caio Navarro de Toledo, autor do livro *ISEB: Fábrica de Ideologias*, publicado em 1978, sendo uma das mais significativas produções sobre o instituto, afirma que o ISEB, desde sua formação, sempre aglutinou intelectuais oriundos das mais diversas orientações teóricas e ideológicas. Portanto, conviviam liberais, moderados e até os que se aproximavam do comunismo em suas posições políticas, o que os uniam era a compreensão da importância do confronto de ideias e debate para se chegar a um projeto de desenvolvimento brasileiro (TOLEDO, 2001). De acordo com Angélica Lovatto, a primeira fase do ISEB tem como objetivo pensar um projeto nacional-desenvolvimentista, “realizar um movimento de ideias que mobilizasse a burguesia brasileira a assumir o controle do país e superasse o cartorialismo do Estado brasileiro.” (LOVATO, 2010, p. 78). Nesse sentido, Toledo analisa:

De um lado, estavam aqueles que defendiam a burguesia industrial, como portadora da razão histórica e dos verdadeiros destinos nacionais; de outro, aqueles que concebiam a consciência ideológica e a direção política das massas populares e trabalhadoras como sendo decisivas no processo de afirmação nacional. De um lado, o nacionalismo burguês postulado por Jaguaribe e, em certa medida, por Guerreiro Ramos; de outro, o nacionalismo de orientação popular e democrática de Werneck Sodré e Vieira Pinto. (TOLEDO, 2001, p.47)

Existia, portanto, uma ala mais radical e outra ala mais moderada dentro do ISEB e que refletia no movimento nacionalista. Na segunda fase, também chamada por Lovatto como o último ISEB, haverá uma certa predominância da ala radical em vista da realidade

social em que o país vivia capitaneada por Nelson Werneck Sodré, “nesta fase há algo novo. Aqui, a tendência a imprimir um caráter antiimperialista ao nacionalismo vai atingir cores nunca vistas - pelo menos dentro do ISEB até então. Isso tudo estimulado pelo processo de defesa das reformas de base, encampada pelo governo João Goulart.” (LOVATTO, 2010, p. 79)

As reformas de base eram um conjunto de medidas que visavam alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país por meio de amplas reformas, entre elas estavam: a reforma administrativa, reforma tributária, universitária e a reforma agrária com vistas a desenvolver a economia do país levando em conta a justiça social, “o controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia também faziam parte do programa reformista dos nacionalistas.” (MOREIRA, 2003, p. 352) Em outra produção, Lovatto escreve que os anos de 1950 e 1960 o Brasil fervia em lutas populares, as grandes questões do debate nacionalista não estavam presas no espaço acadêmico, pelo contrário, borbulhavam dentro de movimentos (estudantis, sindicais, rurais), partidos políticos e institutos, tinha-se a noção do intelectual público, isto é, aquele que formula teorias e em seguida busca suas intervenções práticas na realidade para transformá-la¹⁰.

A partir deste momento, o ISEB estará dividido entre o campo nacional-desenvolvimentista e o campo nacionalista revolucionário, na qual a ala radical terá mais força. A coleção Cadernos do povo brasileiro¹¹, publicação do ISEB, iniciada em 1962, que irá discutir um projeto nacionalista com vistas à revolução brasileira, representa o principal sintoma dessa transformação. O ISEB caminhará de propostas e estratégias do projeto nacional-desenvolvimentista para discutir estratégias e propostas para a realização da revolução brasileira. Ao longo de sua existência, o ISEB defendeu o nacionalismo moderador e suas propostas, isto é, consolidação das liberdades democráticas, melhor distribuição de renda, industrialização e maior autonomia da economia nacional e, por outro lado, o nacionalismo revolucionário e sua defesa pela reforma agrária radical, que

¹⁰ LOVATTO, Angélica. **Iseb**: do nacional-desenvolvimentismo à revolução brasileira. **Revista Princípios**, nº 162, jul/out. 2021.

¹¹ Publicados entre 1962 e 1964, num total de 28 volumes, essa publicação nasceu no ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955-64) e foi editada pela Civilização Brasileira. Seu primeiro volume foi escrito por Francisco Julião, importante liderança das Ligas Camponesas.

alterasse profundamente a estrutura agrária brasileira e seu anti-imperialismo para edificar o socialismo no país.

Jacob Gorender (1987) fará duras críticas ao ISEB, afirmando que o instituto imprimiu um otimismo burguês nas suas produções intelectuais utilizando categorias como nação e desenvolvimento nacional e abstraíndo as conotações de classe e lutas de classes. Concordando com Gorender, a historiadora Vânia Maria Losada Moreira escreve: “O eufemismo “desenvolvimento nacional” definia o projeto de industrialização do ISEB e do governo JK, que era, no entanto, liberal, burguês, capitalista. Mas a “ideologia do desenvolvimento nacional”, sobretudo na versão juscelinista, ocultava a dimensão de classe subjacente ao projeto nacional-desenvolvimentista.” (MOREIRA, 2003, p. 165)

Os conflitos de classes, para os intelectuais, eram secundários ou não tinham relevância do ponto de vista político, a contradição principal estava naquela existente entre as forças modernizadoras e retrógradas da sociedade brasileira. É importante destacar que, no que diz respeito a essa posição do ISEB, Nelson Werneck Sodré sempre a encarou de forma crítica, ele discordava da noção de ideologia do desenvolvimento nacional, e as críticas de Gorender ao ISEB encontravam em Sodré um ponto de concordância. Toledo, ao escrever sobre a questão da ideologia no pensamento de Sodré, faz a seguinte afirmação:

Devedor de uma concepção negativa da ideologia - certamente inspirada por A ideologia alemã, de Marx e Engels -, Sodré recusou-se a utilizar essa noção no mesmo sentido empregado por seus colegas isebianos. Enquanto estes a concebiam ora de forma neutra ou positiva (como projeto orientador de uma ação coletiva), ora de forma indistinta face à atividade científica, Werneck Sodré entendia a ideologia como produção e ordem superestrutural, como falsa consciência e forma de dominação (fundamentalmente, conjunto de ideias justificadora dos interesses das classes dominantes). (TOLEDO, 2001, p. 49)

Nelson Werneck Sodré sempre apresentou um caráter um pouco marginal dentro do ISEB por sua afinidade explícita com o marxismo-leninismo e sua atuação no PCB, a guinada à esquerda característica da última fase do ISEB é fortemente influenciada por ele. O nacionalismo de Sodré, ao contrário dos demais isebianos, não tinha a ver com ideologia e projeto desenvolvimentista, ele aparecia como uma exigência histórica, como um chamado para a libertação por meio da revolução, como logo veremos adiante.

Moreira escreve que do embate entre o nacional-desenvolvimentismo e o nacionalismo econômico ou de esquerda - definição dada por ela - foi possível dar sentido e tornar concreto o “movimento nacionalista”: “o nacionalismo dos anos 1946-1964, isto é, sua parte mais ativa e fundamental, teve uma dimensão liberal, representada pelo nacional-desenvolvimentismo, e outra popular, exemplificada pelo nacionalismo econômico.” (MOREIRA, 2003, p. 170) Esse nacionalismo econômico, bastante crítico ao programa industrializador do governo JK, encontrou na Revista Brasileira ¹²seu locus de difusão de ideias, entre esses nacionalistas estava Caio Prado Jr que, embora não tivesse feito parte do ISEB, não esteve alheio ao debate nacionalista e suas influências em diversos setores da sociedade. O nacionalismo de Caio Prado Jr enxergava com preocupação e cautela a presença do capital estrangeiro no país e a sua dependência aos países capitalistas desenvolvidos, além da preocupação de que se esse processo de industrialização de fato atendia aos anseios das camadas populares. É no contexto do movimento nacionalista das décadas de 1950 e 1960 que Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré estarão produzindo suas obras e tomando posições em torno da questão nacional.

A questão agrária, neste período, torna-se um dos maiores dilemas dentro do debate nacional, os nacionalistas - liberais ou de esquerda - concordavam que era impossível pensar um projeto de desenvolvimento para o país que não tocasse no problema agrário brasileiro. A defesa da reforma agrária estava na ordem do dia, pois a industrialização só teria sucesso com a elevação do padrão econômico e social das massas rurais, uma vez que para o movimento nacionalista o latifúndio e as elites agrárias eram os grandes vilões da nação. Para o debate sobre o programa da revolução brasileira e, especialmente, para Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior, a interpretação da questão agrária brasileira, desde a sua formação colonial, será elemento definidor.

Para a melhor compreensão dos dois caminhos que levou o debate sobre a revolução brasileira, consideramos pertinente apresentar os dois modelos de revolução que Mantega identifica em sua obra *A economia política brasileira* (1984): o modelo democrático-burguês, que aponta características semifeudais e pré-capitalistas nas relações de produção vigentes no Brasil, esse modelo ganhou muitos adeptos na esquerda marxista brasileira nos anos de 1960 e que, ainda nessa década, receberia também duros golpes do segundo modelo, o qual ele chama de modelo de subdesenvolvimento

¹² Publicada entre 1955-1964, foi fundada por Caio Prado Jr. e é uma das principais fontes para compreendermos o debate nacionalista travado nesse período.

capitalista, trata-se, nesse modelo, de um capitalismo umbilicalmente ligado ao capitalismo mundial e dependente dele, de sua expansão. O debate sobre a revolução brasileira trazia à tona a discussão sobre o status dos modos de produção vigentes no Brasil e a natureza de sua formação histórica, pois a partir disso o programa revolucionário seria orientado para ser colocado em prática. É certo que duas concepções diferentes dessa discussão levariam a dois programas opostos, Nelson Werneck Sodré, portanto, se aproximaria do modelo democrático-burguês enquanto Caio Prado Jr. se aproxima do modelo de subdesenvolvimento capitalista. É importante esclarecer que, apesar do modelo democrático-burguês ter se consolidado nos anos 1950-60 – principalmente com Sodré e Passos Guimarães –, tal modelo de revolução estava sendo desenhado pelo PCB já no ano de 1922, de sua fundação.

1.2 Sodré: o Programa Nacional-Democrático

Nelson Werneck Sodré (1911-1999), além de sua já mencionada participação de destaque no ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros, foi um destacado militar, professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército entre os anos de 1948 e 1950, por sua profissão militar, realizou diversas viagens pelo Brasil que o possibilitou conhecer a realidade brasileira, sobretudo a realidade das massas rurais no país. Intelectual e historiador marxista de fôlego, foi autor de vasta obra, produziu mais de cinquenta livros e publicou numerosos artigos, principalmente entre os anos de 1938 e 1980. Escreveu sobre a história da literatura brasileira, sobre a história da imprensa brasileira, história militar do Brasil e diversos outros temas. Sodré foi, sem dúvidas, um intelectual de grande empreendimento teórico, não passa despercebido, em suas obras, seu extenso e refinado levantamento bibliográfico. N. W. Sodré foi membro do PCB e é considerado, por muitos, como o grande teórico do PCB e de seu projeto de revolução brasileira à época: “Sodré foi o autor mais identificado com a visão do Brasil e a orientação política do PCB no período e, sem dúvida, um dos mais injustamente execrados e levianamente detratados. A maior das estultices de alguns desses “críticos” está na afirmação de que Sodré procura enquadrar a realidade brasileira num padrão universal de evolução social por etapas predeterminadas.” (ROIO, 1995, p. 86)

É impossível apresentar a interpretação da questão agrária na realidade brasileira e o programa nacional-democrático defendido por Sodré sem explanar sua polêmica tese interpretativa de um Brasil feudal por dois motivos: primeiro, como dito em outro momento, a discussão acerca da natureza da formação histórica do Brasil entre os intelectuais do debate nacionalista tinha um engajamento político com vistas à intervenção no presente para a transformação profunda do país, portanto, a análise dos modos de produção do Brasil por Sodré demarcava uma posição política pessoal e, também, compartilhada dentro da cultura política do período com outros intelectuais - a exemplo de Alberto Passos Guimarães, intelectual do PCB que também defendia a existência de um feudalismo brasileiro, autor da obra *Quatro séculos de latifúndio* (1964); segundo, porque a defesa de relações feudais vigentes no Brasil foi alvo de duras críticas, de honestas e justas até as mais rasteiras e infundadas. De fato, com a derrota do programa democrático - a intensa mobilização pelas reformas base - pelo golpe militar em 1964, Sodré passa a ser perseguido pelas esquerdas que o tomou como símbolo do pensamento do PCB que as levou à derrota, “foi duramente criticado por seus companheiros com uma espantosa veemência: marxismo cristalizado, esquemático, dogmático, vulgar, etapista...” (REIS, 2019, p. 146). Sobre a polêmica da tese de relações de produção feudais no Brasil e a natureza das críticas feitas, concordamos com a afirmação de João Quartim de Moraes:

Poucas questões foram tão mal compreendidas entre nós quanto a análise das relações de produção agrárias brasileiras em termos de feudalismo. Em São Paulo, persistindo ‘post mortem’ numa incompreensão não isenta de preconceitos, que vinha de muito tempo e se alimentava do anticomunismo bem educado dos meios acadêmicos, até de esquerda, um jornalista, repetindo monotonamente as críticas superficiais à caracterização do latifúndio e do imperialismo como inimigos principais da nação brasileira, descobriu que depois do golpe de 1964, “a teoria sobre o passado feudal do Brasil caiu em desgraça”. Escapou-lhe que, com o golpe, não foram apenas as teses de Sodré, mas toda a esquerda brasileira que “caiu em desgraça.” (MORAES, 2001, p. 30)

Antes de entrarmos, precisamente, no pensamento social de Nelson Werneck Sodré, cabe localizar as condições dessa interpretação feudal do Brasil, distanciando-a das teses clássicas feudais no Brasil, pois essa discussão é antiga, porém, nas décadas de 1950-60 terá outro sentido. A historiografia tradicional brasileira - com Varnhagen e Capistrano de Abreu - enfatizava a existência de um feudalismo no Brasil principalmente

na caracterização da experiência das capitânicas hereditárias. Sodré (1990) escreve que Varnhagen acreditava no caráter feudal das donatárias, mostrando o traço circunstancial da legislação que as criou, a qual ele contra-argumenta: “A legislação foi uma coisa; a realidade foi outra coisa. Do exame da realidade - como a colonização aconteceu, e não como foi planejada - é que derivam novas teses, de regime capitalista ou de regime escravista, declinando a de regime feudal” (SODRÉ, 1990, p.81), o que mostra o distanciamento de Sodré das teses feudais clássicas em que iremos demonstrar melhor mais adiante na apresentação do seu conceito de regressão feudal. Oliveira Vianna, afirma Sodré (1990), também destaca o Brasil feudal ao afirmar que o povo brasileiro era um povo de agricultores e pastores, essencialmente rural. A caracterização do mundo agrário brasileiro como feudal na colonização, portanto, esteve presente em toda a análise histórica da historiografia tradicional.

Nos anos de 1950-60, mas principalmente nos anos sessenta, havia uma discussão política complicada e importante em torno da semifeudalidade muito acalorada, por isso é importante contextualizar Sodré dentro desse quadro do debate político brasileiro:

“Em linhas muito gerais, tratava-se de estabelecer qual a trajetória política mais apropriada para chegar aos objetivos revolucionários: apoiar o desenvolvimento capitalista e a consequente destruição dos resquícios de formações anteriores ou, por outro lado, uma via mais imediata de transição ao socialismo. Era então de crucial relevância alcançar um diagnóstico claro quanto às condições externas - havia o retorno das pressões imperialistas do grande capital internacional, na década de 1950 - e às internas, pela maior ou menor capacidade de resistência dos setores mais conservadores da sociedade brasileira, em especial do latifúndio.” (GRESPLAN, 2001, p. 137)

A discussão, nesse momento, ganha uma dimensão política maior e há também as consequências práticas dessa análise no programa democrático brasileiro da época. As obras *Formação Histórica do Brasil* (1962) e *História da burguesia brasileira* (1965) tiveram singular influência nesse debate político e, por esse motivo, as escolhemos para subsidiar nosso trabalho. Portanto, para Sodré, a defesa de relações de produção feudais no Brasil não se tratava de transpor, aqui, a sociedade medieval europeia, mas antes, demonstra sua preocupação com a correta orientação política no programa da revolução brasileira, dessa forma, Moraes, mais uma vez, sai em defesa de Nelson Werneck Sodré:

Muitos, com efeito, para refutá-lo, contentaram-se em contrapor ao emprego analógico do termo a interpretação literal, enquanto conceito empírico extraído da sociedade medieval europeia. Basta, porém, lê-lo com um mínimo de seriedade para constatar que utiliza o termo,

claramente, para denotar as relações de produção baseadas na dependência pessoal do trabalhador e no latifúndio, enquanto formas pré-capitalistas (colonato, parceria, cambão e demais formas de produção não baseadas na troca de trabalho vivo por salário) de exploração do trabalho nas zonas rurais. (MORAES, 2001, p. 33)

A questão é semântica, como explicava o autor de *História da burguesia brasileira*, quando interrogado criticamente a respeito de sua tese. É interessante destacar que no último capítulo do livro *Formação Histórica do Brasil* (1962), Sodré emprega mais frequentemente a expressão “semifeudal” e não apenas “feudal”, além de ser frequente a utilização da expressão “relações pré-capitalistas” e ele jamais escreve a palavra “servo” sem colocá-la entre aspas. Grespan escreve que, Sodré, ao utilizar essas expressões, não está pensando no feudalismo na acepção europeia, e sim, usando-as para designar uma certa relação social historicamente intermediária entre a escravidão e o capitalismo (GRESPLAN, 2011). João Quartim de Moraes escreve que “se o essencial em um conceito é seu conteúdo teórico, não há por que recusar liminarmente a transposição analógica do termo que o denota” (MORAES, 2011, p. 159). De agora em diante optamos, neste trabalho, em utilizar a expressão semifeudalidade para nos referirmos à tese interpretativa de Sodré das relações de produção agrárias no Brasil, pois consideramos uma forma de fazer justiça frente aos ataques caluniadores dos que lhe fizeram críticas desonestas e rasteiras, sem a preocupação de analisá-lo seriamente e, também, porque é uma expressão utilizada com frequência pelo próprio autor em suas produções. A semifeudalidade foi, portanto, a expressão mais apropriada, para Sodré, de explicar as relações pré-capitalistas que vigoraram na periferia das plantações escravistas e as relações de produção que resultaram da decomposição da escravidão e da gradual transição ao capitalismo. Mas, afinal, como ele chega a tal interpretação?

Nos anos sessenta do século XX, Werneck Sodré refinou sua compreensão dos clássicos do marxismo e teve contato com as obras de Mariátegui, precursor do debate sobre a existência do feudalismo na América Latina, superando a influência de Caio Prado Jr acerca da origem e natureza da forma social brasileira, o qual defendia a tese do capitalismo colonial. Para Sodré, a sociedade portuguesa que iniciou a empresa da colonização do Brasil não era formada por burgueses como classe predominante, mas ainda feudal. Ele afirma ser impossível as análises que defendem tese do capitalismo colonial no Brasil, pois, por mais que nos séculos XV e XVI houvesse, em Portugal e Espanha, um forte grupo mercantil que teve importância na expansão marítima, esse

grupo não caracterizava a existência de uma burguesia ibérica, mas permitiu que alguns historiadores fizesse tal confusão. Em *História da burguesia brasileira* o autor explica:

Admitir o contrário seria admitir a existência, nos séculos XV e XVI, em Portugal e Espanha, de relações capitalistas predominantes, de uma classe burguesa predominante que, assim, teria já realizado sua revolução, a revolução burguesa, a revolução que destrói as relações feudais. A inexatidão se comprova, fosse ela passível de dúvida, com o declínio do grupo mercantil, ocorrido na Espanha como em Portugal: teríamos, no caso, a absurdidade histórica de uma revolução burguesa que cede lugar a um retorno feudal, o que dispensa discussão. Confunde-se, no mesmo quadro, o capital comercial e o capital usurário, as formas existentes na época, como o capital na forma como se apresenta e funciona em regime capitalista, quando, em realidade, trata-se de formas pré-capitalistas, peculiares ao mundo feudal em declínio. (SODRÉ, 1967, p. 16)

Ou seja, são formas de capital onde a circulação ainda dominava a produção. Ainda em sua contra argumentação sobre a ideia de capitalismo colonial, Sodré sustenta que:

A confusão entre capital comercial e capital como funciona no modo capitalista de produção induziu alguns intérpretes da história brasileira à conclusão de que a empresa da colonização teria assumido, aqui, traços capitalistas, uma espécie de capitalismo diferente das normas clássicas, o capitalismo colonial. Carece de fundamento tal conclusão. Não havia capitalismo nem na metrópole, não poderia haver na colônia. (SODRÉ, 1967, p. 17)

A preocupação em conceituar e esclarecer o que é capital comercial de modo de produção capitalista, ressaltando a confusão que se faz ao tratá-los como idênticos, também está presente em *Formação Histórica do Brasil*:

Os que apoiaram a tese da existência de características capitalistas na empresa da colonização foram levados a isso, certamente, pela confusão que reinou por longo tempo entre as noções de capital comercial, característica da fase mercantil, e capitalista. Hoje, parece claro que, embora tenha contribuído para a transformação do que resultou o aparecimento do modo capitalista de produção, o capital comercial, como se apresentava na época da expansão ultramarina, estava longe de aparentar-se e mais ainda de caracterizar o referido modo de produção. Como estava longe de aparentar-se com aquilo que, no modo de produção capitalista, tem o mesmo nome de capital comercial. Assim, a conclusão a que leva o exame da realidade é que o Brasil iniciou sua existência colonial sob o modo escravista de produção. (SODRÉ, 1990, p. 82)

Para o historiador marxista, era impossível o Brasil ter sido capitalista antes do capitalismo ter aparecido como modo de produção dominante no próprio ocidente - inadmissível essa análise a partir do método marxista.

O Brasil da interpretação de Werneck Sodré aparece até mais complexo, com lutas sociais diferenciadas, vivendo relações de produção variadas e padrões culturais distintos, um Brasil que comporta vários Brasis: o Brasil sertão, o Brasil do litoral, o da Amazônia, das minas. (REIS, 2019). É interessante notar como o autor nunca abandonou sua tese de regressão feudal, na qual acusam-no de dogmático e etapista, pelo contrário, defendeu-a arduamente contra os seus críticos:

Em nosso livro Formação Histórica do Brasil, levantamos a tese da regressão feudal, isto é, a passagem das relações de produção escravistas à feudais, normalmente um avanço, coincide com o declínio econômico e todas as suas consequências. Claro está que isso discrepava frontalmente do modelo paradigmático. E só malevolência e ignorância poderiam acusar as teses levantadas naquele livro de esquemáticas. Esquematismo haveria em supor uma sucessividade ascensional dos regimes, como o modelo conceitual, só válido enquanto tal, admite. Aquelas teses poderiam ser tidas como falsas, mas não como esquemáticas, justamente porque se caracterizavam por desobediência ao citado modelo. (SODRÉ, 1980, p. 142)

Se, na Europa Ocidental, e, de acordo com o modelo teórico do marxismo, o feudalismo representa um avanço em relação ao escravismo, no Brasil, essa constante não será obedecida:

Ora, acontece, no Brasil, e justamente na segunda metade do século XVIII, quando se aproxima a crise da autonomia, isto é, quando se acumulam os elementos que vão determinar aquela crise, que culminará no início do século XX, acontece que a área escravista mineradora, que atravessara transitória etapa de esplendor, quanto à quantidade de ouro produzido, entra em progressivo declínio e esse declínio dá motivo e causa a mudanças que lhe alteram fundamentalmente a fisionomia econômica, social e política. Trata-se, do ponto de vista da riqueza produzida, de regressão e não de avanço. (SODRÉ, 1980, p. 142)

Portanto, o que seus críticos chamam de simples transplante mecânico de uma realidade à outra, na verdade é uma grande análise dialética, uma gigante interpretação a partir do método marxista aplicada à realidade específica do caso brasileiro. A

interpretação do Brasil que defende a existência de relações feudais em nossa realidade é polêmica porque está impregnada de calorosas e apaixonadas discussões em torno de projetos políticos de nação. Sodré explica que a “tese do feudalismo no Brasil” sempre teve uma mistura singular de ciência e ideologia:

Na controvérsia a propósito da existência ou não do feudalismo brasileiro houve motivação mista, a motivação científica e a motivação política. É interessante lembrar que os documentos políticos do partido do proletariado brasileiro sempre se referiam, até algum tempo atrás, às relações feudais ou semifeudais cuja superação se faria necessária. (SODRÉ, 1980, p. 144)

É impossível explicarmos o programa da revolução brasileira de Sodré sem apresentar sua análise do desenvolvimento da burguesia brasileira e sua tarefa histórica, pois nele, a burguesia brasileira aparece como a força principal da revolução.

1.3 A burguesia brasileira e a revolução

Uma vez que N.W. Sodré não admite a tese do capitalismo colonial, cabe explicar quando ocorreu esse processo de surgimento e desenvolvimento do capitalismo: o avanço cafeeiro no Sudeste, o movimento de 30 com a derrocada política das velhas oligarquias e o Estado Novo, com o avanço da industrialização, são períodos históricos significativos nesse processo que podem ser considerados etapas da revolução burguesa ainda inconclusa, incapaz de completar sua revolução plenamente. Em *História da burguesia brasileira*, escreve:

É incontestável que a acumulação da renda começa, no Brasil, na segunda metade do século XIX. Fora impossível na época do regime colonial, quando o fluxo para o exterior era muito maior, em termos relativos: a capitalização se realizava no exterior. Fora ainda impossível, apesar da derrota do monopólio comercial, depois da autonomia, pelo domínio absoluto que os interesses ingleses exerceram, na situação de dependência em que a classe dominante se colocara, ante a burguesia britânica, numa fase crítica do nosso desenvolvimento econômico e político. O surto cafeeiro, pelo seu caráter nacional, abrangendo inclusive a comercialização, permitiria, agora, e só agora, reter no país uma parte da renda nele gerada. Toda estrutura antiga, entretanto, tudo o que era velho em nossa economia, resistia tenazmente a essa mudança. (SODRÉ, 1967, p. 108)

A burguesia brasileira, na sua infância do final do século XIX, não é uma burguesia do tipo clássico - de capitalismo independente, é uma burguesia que surge já na fase imperialista do capitalismo. José Carlos Reis (2007), destaca duas etapas na periodização da história da burguesia brasileira: primeira, a burguesia brasileira enfrentará o obstáculo da estrutura colonial de produção, o latifúndio colonial e a pressão imperialista; segunda, nos primeiros 30 anos do século XX algo de novo se passará na história do Brasil: a nova classe burguesa emergirá nessa passagem de século, o Brasil se transforma então para se adaptar ao capitalismo em sua fase imperialista. Entretanto, Werneck Sodré afirma que a primeira contradição da burguesia brasileira é com o latifúndio, assim, ele analisa que a relação entre burguesia e latifúndio passa por duas etapas, a primeira é de uma coexistência pacífica, onde o desenvolvimento das relações capitalistas compatibiliza com a predominância do latifúndio; e a segunda é quando o desenvolvimento das relações capitalistas encontra um entrave na existência do latifúndio, assim, a burguesia exige a liquidação do latifúndio (SODRÉ, 1967). Essa interpretação sofrerá duras críticas por parte de Caio Prado Júnior, principalmente após o golpe militar de 1964, expressão da aliança entre a burguesia e o latifúndio mostrando que, se há contradições, elas são circunstanciais e não antagônicas ou absolutas.

A segunda contradição existente é entre a burguesia e o imperialismo, ela existe na luta pelo mercado interno, as vacilações e concessões que a burguesia faz ao imperialismo deriva de sua debilidade face ao imperialismo, de modo algum dos seus interesses, que são contrários ao imperialismo:

A burguesia brasileira enfrentaria, assim, em sua infância, não apenas o extraordinário obstáculo constituído pela estrutura colonial de produção que o país herdara, simbolizada no latifúndio, agravada com a prolongada crise da queda da renda, cujos efeitos se projetaram no tempo, mas também, e principalmente, as condições consequentes da etapa imperialista do capitalismo. Sem esse dado fundamental, não é possível apreciar o seu crescimento: a burguesia brasileira é uma burguesia da etapa imperialista do capitalismo. (SODRÉ, 1967, p. 155)

O investimento do capital inglês travava o desenvolvimento da burguesia brasileira, éramos área de aplicação de seus capitais na construção ferroviária principalmente, tendo lucros com a exportação. A luta pela acumulação interna encontrava no imperialismo um grande inimigo, que tornava difícil e lenta a gênese da

burguesia brasileira. Sodré ainda distingue a burguesia brasileira em duas: primeira, a burguesia comercial, essa que é vinculada ao imperialismo pelos laços de dependência e de interesses; a segunda, por outro lado, a burguesia industrial, a que pode ser considerada nacional, que mantém relações de divergência com o imperialismo, porém, ele salienta que há parcelas da burguesia industrial que se ligaram ao imperialismo (SODRÉ, 1967). Latifúndio e imperialismo aparecem, na análise de Sodré, relacionados:

A contradição com o imperialismo surge claramente como constante, permanente, continuada, e não circunstancial, passageira, suscetível de acomodação. E surge claramente a necessidade de juntar o coro do campo, com a liquidação do latifúndio e das relações semifeudais de produção, ao coro das classes que participam da luta pelo livre desenvolvimento do país. Latifúndio e imperialismo aparecem como peças conjugadas, trabalhando no mesmo sentido. (SODRÉ, 1967, p. 396)

A natureza da revolução da burguesia brasileira se enquadra na revolução burguesa de segundo tipo, que se difere completamente do modelo clássico. O modelo clássico de revolução burguesa que ocorreu na Europa Ocidental de fato liquidou as velhas relações de produção e desenvolveu o capitalismo plenamente, a revolução burguesa de segundo tipo, por sua vez, acontece já na fase imperialista do capitalismo e, por isso, suas condições e resultados serão outros, diferentes e diversos. Os críticos do modelo democrático-burguês argumentam que os intelectuais desse modelo tentam aplicar uma transposição mecânica de revolução burguesa clássica na realidade brasileira, tal como aconteceu nos países europeus, podemos perceber que este não é o caso de Sodré. Ao analisar a revolução burguesa de segundo tipo escreve:

As características principais desse tipo foram as seguintes: existência de massa camponesa numericamente preponderante e principal como produtora de bens econômicos; de numerosa pequena burguesia, com função política destacada; de proletariado pouco numeroso, mas crescente, com formas de organização em desenvolvimento, mas ainda fracas; de burguesia recente, ascensional, com amplas perspectivas nacionais e fracas perspectivas internacionais. Externamente, as condições são também muito diversas: surgiram no palco, de um lado, o imperialismo, etapa alcançada pelos países que haviam realizado a revolução burguesa do primeiro tipo, particularmente, em nossos dias, do imperialismo dos Estados Unidos; e, de outro lado, de um país, hoje de alguns países onde se operou a revolução socialista ou onde se processa a construção do socialismo. (SODRÉ, 1967, p. 245)

O que significa dizer que as revoluções democráticas da atual fase imperialista do capitalismo, do segundo tipo, da qual o Brasil está relacionado ao avanço da área socialista e no campo da revolução socialista no mundo, apesar de não ter, necessariamente, conteúdo socialista, pois combatem o mesmo inimigo: o imperialismo. Por nascer na fase imperialista do capitalismo, de característica agressiva, a revolução burguesa de segundo tipo é, necessariamente, anti-imperialista. Sodré via nas reformas de base o principal meio de fazer avançar o processo revolucionário no Brasil:

A conquista das reformas de estrutura correspondia à derrota do imperialismo, à emancipação nacional, ao desenvolvimento material do país. Assinalavam a etapa necessária da Revolução Brasileira. Qual o fim das reformas, realmente? Vitoriosas, correspondiam a liquidar a dominação imperialista em nossa economia, a liquidar o poder dos latifundiários como classe, à ampliação da base democrática do poder. Programa modesto? Não, programa gigantesco. (SODRÉ, 1978, p. 231).

Ainda que não socialistas, as reformas eram revolucionárias se tivesse orientação e direção revolucionária, não havia, portanto, separação entre as reformas como simples reformismo e a revolução. As forças reacionárias imperialistas perceberam isso, talvez melhor do que a esquerda revolucionária do país, e impediu por meio do golpe de 1964 e, por isso, ele afirmara: “A sorte do imperialismo não comporta a aceitação da reforma democrática nos países dependentes, eufemisticamente conhecidos, na maioria, como subdesenvolvidos. Mantê-los dependentes exige, como premissa básica, mantê-los de regime democrático e estrutura nacional.” (SODRÉ, 1978, p. 233).

A caracterização da Revolução Brasileira, portanto, é democrática e nacional, trata-se de enfrentar o imperialismo em nome da autonomia econômica do país e de liquidar o latifúndio para liberar as forças produtivas:

A constatação de que o caráter da Revolução Brasileira é democrático e nacional tem, pois, interesse. Não se trata de simples questão formal. Porque, como consequência, permite concluir que se trata do acabamento da revolução burguesa, em nosso País, de processo em que a burguesia tem papel a desempenhar. É claro que, no referido caráter, interessa mais à burguesia o conteúdo nacional, enquanto às outras forças interessa mais o conteúdo democrático; eles são, porém, tão estreitamente vinculados que parece impossível separá-los, admitindo que, com a vitória, permaneça o nacional e desapareça o democrático. Que papel poderá ter a burguesia no desenvolvimento da Revolução Brasileira é problema do próprio processo. (SODRÉ, 1978, p. 247)

Sodré compreende e salienta para os interesses da burguesia que nada tem a ver com o socialismo, ele compreende as contradições de classe e, por isso, na correlação de forças da revolução, a burguesia tentará impor seus interesses de modo a enfraquecer os conteúdos socialistas presentes no processo. O processo revolucionário é, portanto, a expressão maior da luta de classes, fica claro o aspecto vacilante da burguesia nacional, o que explica a derrota do programa democrático e o golpe militar de abril de 1964:

O capitalismo brasileiro avança devagar, aproveita as brechas para avanços mais rápidos, transige sempre com as relações políticas mais atrasadas e as econômicas que as asseguram, manobra, recua, compõe-se. Gera uma burguesia tímida, que não ousa apoiar-se nas forças populares senão episodicamente, que sente a pressão do imperialismo, mas receia enfrentá-lo, pois receia mais a pressão proletária. (SODRÉ, 1980, p. 154)

Para além da burguesia nacional, Sodré chama a atenção para uma frente revolucionária formada também pelo proletariado, a pequena-burguesia e o campesinato, porém, o intelectual marxista seguiu firme na defesa de que cabia à burguesia a tarefa histórica - nas condições de seu tempo, de suas produções - de liderar a revolução, era a sorte de sua classe que estava em jogo. Sodré ofereceu à burguesia brasileira, a partir do PCB, um programa de ação, que foi recusado. A análise de que a burguesia brasileira com o latifúndio e, depois, com o imperialismo - que, em aliança com o latifúndio, limita a produção somente à bens primários -, foi alvo de duras críticas, principalmente pós-1964. Mantega (1984) afirma que na verdade o latifúndio e o imperialismo não eram obstáculos ao crescimento da burguesia, que estaria limitada pelas forças atrasadas, para ele, nunca existiu burguesia brasileira nacional e progressista.

Nelson Werneck Sodré é, portanto, um intelectual polêmico, defendeu a tese da semifeudalidade brasileira e seu programa democrático até as suas últimas produções, em um tom admiração Moraes (2001, p. 28) escreve:

Não há interpretação marxista do Brasil de maior peso histórico que a legada por Sodré em mais de sessenta anos de militância intelectual. Poucas tiveram tanta repercussão e suscitaram tantas polêmicas. Sua obra, com efeito, oferece a expressão teórica mais elaborada do programa nacional-democrático da revolução brasileira, que suscitou as lutas e os debates mais importantes da esquerda ao longo do século XX, principalmente, mas não somente, a dos comunistas. Tanto assim que os temas conexos da democracia, do desenvolvimento autônomo da economia nacional e da reforma agrária permanecem no centro de toda e qualquer visão crítica e transformadora da sociedade brasileira.

Sodré, portanto, foi um intelectual de admirável firmeza ideológica, mesmo que a sua firmeza tenha custado certa hostilidade e isolamento, devemos honrar Sodré como um grande democrata que dedicou sua vida a compreender o atraso da sociedade brasileira e não só, preocupou-se em apresentar um programa democrático que transformasse o Brasil em uma verdadeira nação emancipada.

1.4 Caio Prado Jr. e a reelaboração da Teoria da Revolução Brasileira

Caio Prado Júnior professor, empresário, intelectual partidário e político. Se elegeu deputado estadual pelo PCB em 1947. Segundo Pericás (2014), três temas lhe foram particularmente caros em sua atuação como parlamentar: a fiscalização do poder público, o regime tributário e o incentivo à pesquisa científica. Temas que encontram lugar em sua obra *A revolução brasileira* (1966) ao expor sua preocupação com o controle das dívidas públicas e a associação do país ao capital estrangeiro. Como intelectual, foi multidisciplinar: historiador, economista, geógrafo e filósofo. Sua obra se iniciou em 1933 com *Evolução Política do Brasil*, prosseguiu com as publicações *de Formação do Brasil contemporâneo* (1942), *História econômica do Brasil* (1945) e *A Revolução Brasileira* (1966). Estes quatro livros constituem o esteio da sua obra histórica (REIS, 2019). Participou da construção dos primeiros cursos de história, geografia e filosofia da recém-fundada USP - Universidade de São Paulo. Na Revista Brasiliense, fundada por ele, escreveu numerosos artigos históricos e políticos, e foi um importante instrumento de renovação do debate sobre a revolução brasileira.

Para a apresentação de seu pensamento e análise da revolução brasileira que nos interessa, optamos por utilizar, com maior destaque, sua obra *A Revolução Brasileira*, escrita em 1966 e as interpretações que Mantega (1984), Reis (2019) e, com menor expressão, Moraes (1995), Coutinho (2011) e Bresser Pereira (1982) tem de seu pensamento social brasileiro. A revolução brasileira, para fins introdutórios, reflete o caloroso debate que Prado Jr. manteve com o PCB e com o Sodré, ou melhor, com o marxismo brasileiro dos anos 1922-50. Uma obra que marca profundamente o pensamento revolucionário brasileiro pós-1964.

Bresser-Pereira (1982), ao analisar o que ele identifica como seis interpretações paradigmáticas sobre a realidade brasileira, identifica que, após a derrota do programa

nacional democrático com o golpe de 1964, a esquerda brasileira vai se dividir três posições: a interpretação funcional-capitalista, a interpretação da superexploração capitalista e a interpretação da nova dependência.

A obra *A Revolução brasileira*, de Caio Prado Júnior, se encontra dentro da interpretação funcional-capitalista:

A interpretação funcional-capitalista irá dominar grande parte do pensamento brasileiro de esquerda durante a segunda metade dos anos sessenta. Seu postulado básico é de que o Brasil sempre foi um país capitalista, ou então que o eventual pré-capitalismo aqui existente sempre foi funcional para a acumulação capitalista. Seu problema fundamental é o de reinterpretar a realidade brasileira a partir da crítica da interpretação nacional-burguesa. Esta fora “a grande culpada” da Revolução de 1964 e da decorrente derrota das esquerdas, devido à sua proposta de modernização e de aliança proletário-burguesa. (PEREIRA, 1982, p. 279)

Essa interpretação assume, na visão de Bresser-Pereira (1982), uma posição ressentida. A obra *A Revolução Brasileira* foi a maior expressão dessa interpretação que influenciará o debate das esquerdas na segunda metade dos anos sessenta, magoada com a derrota, ressentida em relação à interpretação nacional-democrática pré-1964 do PCB e Sodré. Ao fazer suas considerações sobre a obra, Bresser-Pereira a coloca uma análise equivocada da realidade brasileira:

Trata-se de uma análise apaixonada, crítica e autocrítica das relações de produção brasileiras. Uma análise equivocada porque ressentida. Mas ao mesmo tempo uma análise pioneira e corajosa, indignada e coerente com as suas análises anteriores sobre o caráter mercantil da colonização brasileira e sobre a natureza da questão agrária. É equivocada porque afirma uma continuidade capitalista para o Brasil inaceitável, porque não se interessa em distinguir com clareza a burguesia mercantil da industrial. (PEREIRA, 1982, p.279)

A obra de 1966 se desvela como uma crítica ao que Caio Prado Jr. chamou de “consagrada teoria da revolução brasileira”, que se formulou como um desdobramento das resoluções da III Internacional de forma dogmática e apriorística, esquema teórico admitido sem nenhuma indagação prévia sobre sua aplicabilidade em nossa realidade, um esquema etapista em que considerava que cada país deveria passar por estágios sucessivos que deveriam ser superados até chegar ao socialismo (PRADO Jr, 2014). Para ele, foram as interpretações equivocadas do modelo democrático-burguês da revolução sobre as

formas pré-capitalistas no Brasil, que levaram as forças democráticas e de esquerda a se aliar com o capitalismo ao invés de combatê-lo na medida em que tal defendia a existência de uma burguesia nacional, progressista e anti-imperialista. Caio Prado seria, então, um pensador marxista desvinculado do modelo democrático-burguês de revolução (MANTEGA, 1984), o modelo interpretativo da realidade brasileira e as perspectivas de revolução de Caio Prado Jr. estaria mais próximo ao que Mantega caracteriza como “modelo do subdesenvolvimento capitalista”:

Nascia, assim, uma nova corrente de interpretação na economia política brasileira, cujas hipóteses e diagnósticos consubstanciavam o Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista. Note-se que essa nova vertente analítica despontava num momento em que a ideologia desenvolvimentista, em grande parte compartilhada pelo Modelo Democrático-Burguês, começava a fazer água, frustrando as expectativas de progresso social ou de desenvolvimento que haviam seduzido seus adeptos. E a grande questão que se colocava no cenário teórico brasileiro de então era saber a quem cabia a responsabilidade pelo fracasso ou pelas dificuldades do desenvolvimento socioeconômico da nação brasileira. Enquanto o PCB e demais partidários do Modelo Democrático-Burguês acusaram latifundiários e demais classes pré-capitalistas, os adeptos do Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista apresentavam uma nova versão da situação, que descartava in limine a existência dos chamados “entraves feudais” ao desenvolvimento e interpretava a sociedade brasileira como típico produto da expansão capitalista mundial. (MANTEGA, 1984, p. 210)

Prado Jr. é um dos intelectuais pioneiros da tese do capitalismo colonial, tal interpretação dá destaque à posição do Brasil dentro do processo de acumulação do capital comercial. Em suas próprias palavras:

Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram à instalação e à estrutura econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas. É assim, dentro de um sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, é aí, por força das mesmas circunstâncias, que se constituíram de um lado as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista, e de outro os países dependentes da América Latina. (PRADO, 2014, p. 69)

A tese do capitalismo colonial, como já vimos, sofreu duras e brilhantes críticas por parte de Nelson Werneck Sodré, que afirmava que o equívoco, do ponto de vista do marxismo, estava na confusão entre o caráter mercantil da produção com o caráter capitalista das relações de produção. Coutinho (2011) analisa que a insistência na tese do capitalismo colonial deriva do baixo estoque de categorias marxistas de Caio Prado Jr., entre eles a fraca assimilação do conceito de modo de produção:

O que o leva por vezes a confundir, na análise da Colônia e do Império, o predomínio inequívoco de relações mercantis com a existência de um sistema capitalista (ainda que "incompleto"), erro derivado da prioridade metodológica que ele conscientemente atribui à esfera da circulação em detrimento da esfera da produção, isso faz também com que se utilize de modo pouco rigoroso a noção de burguesia: seriam "grandes burgueses nacionais", por exemplo, os latifundiários escravocratas do Império (COUTINHO, 2011, p. 203).

Moraes (1995) também fará críticas à tese interpretativa do capitalismo colonial ao afirmar que, em sua análise, Caio Prado perde muito em identificar as singularidades das relações de produção em nossa formação social:

Desconsidera as relações de produção, evidentemente não capitalistas que predominaram no Brasil durante quatro dos cinco séculos de sua história (baseadas em formas mais ou menos diretas de servidão dos índios e, sobretudo, na escravização do negros), para se ater exclusivamente à “consideração do sistema internacional do capitalismo em que a economia brasileira se entrosa e do qual participa desde seus primórdios”, acrescentando, de maneira a dirimir qualquer dúvida, que “nessa situação ela se perpetua...”. As mudanças nas relações de produção da sociedade brasileira desaparecem, portanto, em face da perpetuidade do capitalismo “desde seus primórdios.” (MORAES, 1995, p.78)

Tão caro quanto à tese do capitalismo colonial no pensamento caiopradiano é o conceito de sentido da colonização, que é a noção de que a formação social tem sua evolução e seu sentido geral: o presente como síntese do sentido geral da evolução, que é o atraso pelo que resta de traços coloniais no Brasil. O autor de *A Revolução Brasileira* explica que o sentido da colonização é aquele que se afirma pelo caráter inicial da colonização: nossa produção voltada para o mercado externo (PRADO Jr, 1971). Ao interpretar o sentido da colonização em Caio Prado Jr, o historiador José Carlos Reis escreve:

O caráter do início se manterá dominante através dos três séculos e se gravará profundamente na vida do país. Ter em vista o sentido da colonização do Brasil, desde o seu início, é compreender o essencial o Brasil. E desde o início, integrado à expansão mercantil europeia e exportando para lá seus produtos primários, produzidos em latifúndios escravistas, o Brasil é capitalista. A economia brasileira nasceu como grande exploração comercial, criada pelo capitalismo mercantil europeu e voltada para o mercado externo. (REIS, 2019, p. 187)

José Carlos Reis então conclui sua apreciação do sentido da colonização dessa forma: “Em sua análise, o presente se acha impregnado de vários passados. O Brasil moderno preservou marcas do passado recente e remoto. Toda a complexa história do Brasil colonial está contida no Brasil contemporâneo. O tempo histórico brasileiro tem um ritmo espacial: uma repetição monótona, uma continuidade inquebrantável, um presente que sempre revigora o passado.” (REIS, 2019, p. 199).

No plano internacional, o Brasil nunca deixou de ser uma grande empresa comercial, não há descontinuidade, esse é o sentido da colonização. Do mesmo modo, também a base da estrutura agrária se conservará, isto é, a grande propriedade rural, “isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira.” (PRADO Jr, 1971, p. 123).

Na interpretação de Caio Prado Jr., a revolução brasileira já está em marcha há muito tempo, ela é gradual e se caracteriza pela evolução política. Na análise caiopradiana houve, no mínimo, quatro etapas decisivas e principais da revolução brasileira que marcam o rumo da evolução: a independência política, que significou o aumento da renda nacional e do consumo por meio da ampliação das despesas públicas reflexo da ativação da vida economia e financeira e a integração definitiva do território - formação do estado nacional brasileiro; o fim do tráfico africano, a abolição da escravidão e a imigração de trabalhadores europeus. A abolição da escravidão significou a abertura de horizonte para a integração da massa trabalhadora na sociedade brasileira, a tão desejada integração nacional e a superação da estrutura colonial brasileira ainda incompleta. A evolução histórica, nesse sentido, é a superação dos restos coloniais para uma economia nacionalmente integrada:

A superação da economia colonial por uma outra voltada para a satisfação interna exige o desenvolvimento das forças produtivas. O

Brasil já é predominantemente capitalista, mas não possui alta tecnologia. Ele possui somente as classes capitalistas: burguesia e proletariado. Apesar disso, a economia brasileira continua colonial. O capitalismo brasileiro ainda é colonial; ele precisa se tornar “nacional”. Não será pelo apuramento capitalista das relações pré-capitalistas que se obterá o fim da relação colonial. É no interior do capitalismo e de suas contradições que se poderá chegar à superação do colonialismo. A luta por melhor renda e participação político-social conduz à integração nacional da sociedade brasileira. (REIS, 2019, p. 191)

Moraes (1995) considera que a única crítica justa e lúcida de Prado Jr. ao programa do PCB e Sodré é aquela que compreende que nunca houve uma burguesia nacional, cujo desenvolvimento encontrava no imperialismo um grande entrave e que, ao supor existência de tal burguesia, o PCB cometeu erros políticos irreparáveis. A origem remota desta ideia da “pseudoburguesia nacional” anti-imperialista e progressista que, nas palavras de Prado, “contrastaria com outra categoria burguesa aliada ao imperialismo, burguesia esta última reacionária, retrógrada, e aliada dos feudais latifundiários” (PRADO Jr, 2014, p.111), tal compreensão encontra correspondência no modelo chinês de revolução.

É possível estabelecer uma relação entre sobre o pensamento de Caio Prado Jr. e as formulações teóricas da IV Internacional e Trotsky, sem de fato estar vinculado a elas, na medida em que o autor não defende uma revolução democrática e antifeudal e sim uma revolução lenta e gradual:

Pode-se identificar uma forte semelhança entre as premissas do modelo de subdesenvolvimento capitalista e a concepção sobre imperialismo e capitalismo atrasado esboçadas por Trotsky e a IV Internacional, a começar pela ideia de desenvolvimento desigual e combinado, até a concepção catastrófica do capitalismo, conduzindo às portas do dilema: socialismo ou fascismo, e passando pela questão da superexploração do trabalho na periferia. (MANTEGA, 1984, p. 213)

Essa perspectiva de revolução gradual encontra-se esboçada nesse trecho de *A Revolução Brasileira*:

É através das contradições que se desenrola o processo histórico-social que se determinam tais fatos e situações. Contradições essas que caracterizam pela eclosão, no interior de qualquer situação, e em função dela mesmo e como seu contrário, de uma situação distinta que tende a eliminá-la. É na superação dessas contradições, isto é, pela eliminação

dos contrários e conflitantes que nelas ocorrem, e sua síntese, que reside o dinamismo dos processos histórico-sociais, e que se situam as forças internas que impelem o curso dos acontecimentos que fazem a trama da história. Na instância concreta da evolução histórica brasileira que ora nos ocupa, observamos, no plano mais geral em que nos é dado observá-la, que o que se encontra como expressão do conjunto do processo é a progressiva transformação e superação do Brasil colônia que vem do passado e se constitui do complexo de situações, estruturas e instituições em que deu a colonização brasileira. Transformação e superação essas que, impelidas pelo jogo das contradições que se configuram nas mesmas situações, estruturas e instituições, as vão levando a uma nova e diferente feição que significa e significará cada vez mais a integração nacional do Brasil. Isto é, a configuração de um país e sua população voltados essencialmente para si mesmos, e organizados econômica, social e politicamente em função de suas próprias necessidades, interesses e aspirações. (PRADO Jr, 2014, p. 132)

Percebe-se, portanto, a visão otimista que Caio Prado tinha do progresso da nação, da inevitável superação dos traços coloniais para um Brasil com autonomia nacional.

CAPÍTULO 02 – A QUESTÃO AGRÁRIA DENTRO DO DEBATE DA “REVOLUÇÃO BRASILEIRA”

A questão agrária é, possivelmente, o maior problema nacional e democrático a ser resolvido, o debate da revolução brasileira é completamente atravessado por ela. A tendência da realidade agrária brasileira é a da concentração de propriedade, eliminando pequenos produtores independentes ou subjugando-os ao latifúndio. A concentração fundiária é uma realidade antiga no Brasil, inicia com a distribuição de sesmarias no período colonial, “a necessidade de ocupar e desbravar a terra recém-descoberta fez a Coroa Portuguesa iniciar um processo de ocupação (invasão) por intermédio de seus colonizadores/investidores” (SILVA, 2014, p. 34). O regime de sesmaria excluía do direito à terra quem não tivesse sangue limpo, fosse indígena ou mestiço, assim sendo, a posse instituiu-se como forma de ter acesso às terras (MARTINS, 1981).

O resultado do regime de sesmaria são grandes quantidades de terras em mãos de poucos proprietários, terras que continuavam nas mãos da mesma família, passando de geração em geração por meio do direito hereditário. A criação da Lei de Terras de 1850 é um outro momento significativo na história da concentração fundiária no país, a lei de 1850 pode ser interpretada como um movimento anti-camponês, ao impedir a posse como forma de ocupar a terra, transformando-a em mercadoria. Dessa forma, continuaram no Império, os mesmos donos de terra do período colonial, pois eram eles os que tinham recursos financeiros suficientes para ter propriedades de terra, pois a lei proibia, terminantemente, a abertura de novas posses:

Duas foram as modificações sociais que atingiram de fato os camponeses naquela mesma época. De um lado, a abolição da escravatura negra um ano antes do fim do Império, em maio de 1888. De outro, a transferência de terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados. Antevendo o fim da escravatura, que decorreria, necessariamente, do fim do tráfico negreiro da África para o Brasil, efetivado em 1850 devido a pressões do governo inglês, as classes dominantes tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura, principalmente café e cana. Tais medidas se concretizaram na Lei de Terras, não por coincidência promulgada no mesmo ano de 1850. Tal lei instituía um novo regime fundiário para substituir o regime de sesmarias suspenso em julho de 1822. (MARTINS, 1981, p. 41)

Os primeiros anos da república brasileira estão marcados pela intensa migração de camponeses do Nordeste em direção à Amazônia, para trabalhar na extração de borracha, produto que teve muita importância econômica no período. (MARTINS, 1981). O início da República também foi marcado por revoltas camponesas, a exemplo da Revolta de Trombas e Formoso em Goiás e a Guerrilha de Porecatu no Paraná, com grande destaque à formação das Ligas Camponesas no Nordeste nos anos de 1950 e 1960. Interessante destacar a afirmação de Martins (1981) de que, nos primeiros anos da República, o campesinato será a única classe a ter experiências diretas de confronto com o Exército nacional. Silva (2014) escreve que o golpe militar de 1964 tinha como um dos principais objetivos enfraquecer os movimentos de luta pela terra que se constituíam como uma ameaça à segurança nacional:

Assim, em 30 de novembro de 1964, é aprovada, no Congresso Nacional, a Lei 4.501, que criava o Estatuto da Terra. Para garantir que o Estatuto da Terra saísse do papel, são criados dois órgãos: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (Inda). O fato é que, através dessa lei, estabelece-se no país um projeto de Reforma Agrária mais ligado à vertente do “desenvolvimento agrícola” (modernização dos latifúndios e desenvolvimento da agricultura) favorecendo os interesses dos grandes latifundiários. [...] O Estatuto da Terra junto ao Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963, teria o papel fundamentalmente ideológico que os militares necessitavam para alimentar o discurso de se realizar uma reforma agrária pela justiça social e sem a influência das “ideias vermelhas. (SILVA, 2014, p. 44-45)

A ditadura civil-militar se constituiu em um período da história brasileira de intensa repressão aos movimentos camponeses, o êxodo rural apresentou maiores taxas, no entanto, Medeiros afirma que as mudanças que ocorrem no campo brasileiro, nesse momento, são mais complexas do que se parecem, não houve pura e simplesmente uma transformação dos camponeses em proletários:

Muitos se transformaram em população sobrando, desempregados, peões-de-trecho, migrantes temporários que, mesmo na cidade, mantêm o vínculo com o campo, quer por meio do trabalho volante ou boia-fria, quer como moradores junto aos pais em pequenos sítios, ou eventualmente trabalhando como parceiros ou rendeiros em várias regiões do país, e também em situações específicas de trabalho na cidade. (MEDEIROS, 2008, p. 65).

No que diz respeito à questão agrária com vistas à revolução brasileira, na interpretação de Sodré, aceitar a existência de relações semifeudais ou restos feudais, no

Brasil, significava defender uma revolução burguesa de novo tipo antes da reivindicação socialista. Como vimos, o historiador marxista se opõe às teses clássicas feudais brasileiras, não é o modo feudal de produção que se instala aqui no início da colonização, foi o escravismo colonial, que perderá sua primazia na medida que os traços feudais na produção passarão, com a mineração e o desenvolvimento pastoril, a ser predominantes no Brasil colônia e sobreviverá ainda no século XX. Dessa forma, Moraes compreende que para Sodré:

O feudalismo que marcou as relações sociais brasileiras não foi o inicial, embutido nas capitanias hereditárias. As relações de produção não se exportam por decreto, salvo como formas jurídicas sem conteúdo. Com efeito, ao ser transposto para o Brasil, o instituto feudal de sesmarias estabeleceu o monopólio colonial da terra, mas, na falta de camponeses para explorar, serviu de base para o escravismo, que prevaleceu entre nós desde o começo da colonização. (MORAES, 2001, p. 32).

A regressão feudal acontece com o declínio do sistema escravista, que ele compreende como declínio da produção açucareira e as características particulares dos sujeitos escravizados na mineração. Escreve: “As próprias necessidades da fase agrícola da produção açucareira, como, em parte, as necessidades ligadas à subsistência da população que girava em torno do sistema produtor, exigiram cedo o desenvolvimento da pecuária.” (SODRÉ, 1967, p. 25) E continua: “A partir de certo ponto, entretanto, pelas exigências agrícolas de grande produção e sua incompatibilidade com a atividade pastoril, e por força do crescimento dos rebanhos, houve necessidade de separá-los do espaço. Coube ao pastoreio distanciar-se do litoral, adentrar-se nas enormes extensões passíveis de apropriação e que, por esse meio, foram progressivamente objeto dessa apropriação.” (SODRÉ, 1967, p.25).

O desenvolvimento pastoril, que antes era uma atividade que servia para a alimentação da mão-de-obra escrava nas áreas agrícolas/açucareiras, mais tarde, servirá como fonte de subsistência nas atividades mineradoras. Esse deslocamento da mão-de-obra escrava da zona de agricultura para a zona de mineração aurífera transformará, gradualmente, o escravismo, fazendo surgir os traços feudais:

A ampliação da área em que se instalam relações feudais no Brasil é um processo que abrange a história do país desde o início da colonização quase, e chega aos nossos dias. Começa com o pastoreio sertanejo que, no seu desenvolvimento, acaba por incorporar áreas antes escravistas em decadência, a partir do momento em que a economia açucareira entra em sua prolongada crise e se submete a estagnação. Em torno da área açucareira escravista, e constituindo o seu fundo, o seu interior,

surge e se amplia a área feudal, daí a diferença, que se aprofunda ao longo do tempo, entre o sertão e o litoral. Neste, predominam as relações escravistas, de início absolutas; no sertão, são absolutas as relações feudais. O sertão representa a linha de fuga, procurada pelos elementos marginalizados pelo escravismo litorâneo, e até mesmo pelos que se incompatibilizam com ele e levam essa incompatibilidade aos limites da rebelião, sob qualquer de suas formas. No sertão, surge uma sociedade diferente, com o laço de dependência pessoal nítido entre o servo e o senhor, além do laço econômico da prestação de serviço ou da contribuição em espécie. Quando o açúcar paralisa sua expansão, esses laços invadem a área agrícola decadente, antes absoluta em seu escravismo. No sertão, a sociedade apresenta os traços que a assemelham com a sociedade medieval. Nele ocorrem estratificações éticas, como as que resguardam a família, gerando questões de honra resolvidas pela violência, ou a que distinguem o poder senhorial, como a existência de forças irregulares, ou as que definem o banditismo e mesmo as rebeliões, que aparecem disfarçadas em heresias religiosas. Trata-se de uma sociedade feudal de traços evidentes. Nela, realmente, o trabalhador é livre, no sentido de que não é escravo; não recebe salário, entretanto, antes contribui para o senhor com serviços e bens em espécie. (SODRÉ, 1967, p. 29-30)

Em um ensaio de 1980 intitulado *Modos de produção no Brasil*, Sodré continua a defender a existência de relações feudais ou semif feudais que coexistiram ao escravismo no período colonial, ele escreve que o escravismo não se estabeleceu em todo o território brasileiro, mas nas áreas onde se instalou um sistema produtor voltado para o mercado externo, e se questiona qual regime vigorou na área pastoril sertaneja, por exemplo, ou na área amazônica (SODRÉ, 1980). Nesse sentido, o historiador marxista, afirma:

O quadro brasileiro apresenta, então, a singularidade aparente de desdobrar-se em modos de produção diversos: nas áreas principais, aquelas que fornecem o grosso da exportação, trata-se de escravismo, à base do africano importado; nas áreas secundárias e subsidiárias - algumas também vinculadas à exportação, embora em escala menor - já não se tratava de escravismo: os missionários na Amazônia e na zona platina jesuítica não são proprietários do índio, usam o índio, recebem dele retribuição em espécie e em serviço, são senhores que usufruem do trabalho excedente. (SODRÉ, 1980, p. 141)

Ao admitir a existência de dois modos de produção vigentes no Brasil coexistindo, Sodré desenvolve o conceito de contemporaneidade do não-coetâneo, por trás desse conceito está a concepção de que, no espaço brasileiro, teriam convivido o regime escravista e semifeudal - centralizado na existência do latifúndio e das relações de servidão - em que o fenômeno da servidão no campo persiste no século XX. Em suas próprias palavras escreve:

A existência e vigência, no Brasil, de etapas diferentes da História, no mesmo tempo. Melhor dito: a existência de áreas territoriais brasileiras que vivem etapas diferentes. Em linguagem um pouco pretenciosa já se disse, do fenômeno, que se trata da contemporaneidade do não-coetâneo, isto é, da existência, ao mesmo tempo, de realidades sociais diferentes, mas no mesmo país ou colônia. (SODRÉ, 1980, p. 135)

Um dos grandes críticos da tese feudal, Caio Prado Jr, afirma a tese não tem correspondência na realidade brasileira porque não havia economia camponesa de destaque no Brasil, baseada na pequena propriedade, o que existia era a grande exploração rural, nessa interpretação, o feudalismo pressupõe a economia camponesa, João Quartim de Moraes a considera um equívoco:

Ela sem dúvida há supõe no sentido de que sem o camponês explorado não há senhor feudal explorador, mas não necessariamente no de que se sobrepõe, como relação de produção, a uma economia camponesa preexistente. Mas afeta-a e pode transformá-la. Sodré, nesse sentido, poderia replicar que a atrofia da economia camponesa é consequência da presença e não causa da ausência do feudalismo. Sem o monopólio latifundiário da terra, o campesinato poderia ter-se desenvolvido como classe rural de pequenos produtores, como ocorreu nos Estados Unidos. (MORAES, 2001, p. 34)

De fato, Sodré identifica que, na segunda metade do século XIX, sobretudo com a Abolição da escravidão, o acesso à propriedade da terra foi se tornando economicamente decisivo, o monopólio latifundiário da terra, decorrente da Lei de Terras de 1850, impediu o produtor direto de ter acesso à propriedade da terra, atrofiou a economia camponesa e, portanto, gerou a miséria das massas, a estreiteza do mercado interno etc. Na mesma linha interpretativa de que o latifúndio (a grande exploração rural escravista) atrofiou o desenvolvimento da economia camponesa está o estudo de Palacios (2009) sobre os cultivadores pobres livres no Nordeste do Brasil que aponta para a existência de uma agricultura de base camponesa no país desde 1700, e afirma que o problema de não conseguir identificar segmentos camponeses relevantes no período colonial está no débil trabalho de conceituar e dimensionar o que foi o “mercado interno” e a negligência em aprofundar os estudos na “natureza “marginal” da produção não escravista” e o próprio conteúdo dessa natureza dita marginal. (PALACIOS, 2009, p. 153).

A interpretação das relações semifeudais de produção agrárias brasileiras encontra no monopólio da terra o grande problema, o desenvolvimento e avanço do capitalismo no

Brasil não marcará uma ruptura ou superação com as antigas relações de produção, pelo contrário, será um desenvolvimento que se acomoda e se assenta em tais relações. A esse respeito, José Carlos Reis, em sua análise do pensamento do historiador marxista, escreve:

O capitalismo não surge do fim do escravismo ou não surge sozinho. A deterioração progressiva do escravismo é acompanhada por dois processos: o da ampliação das relações feudais, que talvez fossem um avanço em relação ao passado escravista, mas um obstáculo à aceleração do outro processo que também surgia, a introdução das relações de produção capitalistas. O capitalismo surgia no final do século XIX, mas bloqueado pelas relações feudais que se ampliaram. O escravo não passou à assalariado - ele atravessou a etapa feudal, consumindo nisso pelo menos uma ou duas gerações. (REIS, 2019, p. 160)

No campo, a característica mais importante da mão-de-obra será a predominância de formas de trabalho pré-capitalistas, nesse sentido, em *Formação Histórica do Brasil*, Sodré escreve:

Tudo isso nos mostra, em suma, que o monopólio da terra é a causa do atraso no campo. Só com sua eliminação as forças produtivas poderão desenvolver-se na medida das necessidades da população. A pequena propriedade é esmagada pela grande propriedade. As formas de parceria assinalam a presença irredutível do monopólio. E o emprego da violência marca a apropriação de extensas áreas, com o grilo, o caxixe e variadas formas regionais de espoliação. (SODRÉ, 1990, p. 355)

E continua:

No campo, assim, de um lado estão os latifundiários ou latifundiários-capitalistas; de outro lado, a grande massa de arrendatários pobres, o semiproletariado e o proletariado rural, toda a massa de camponeses pobres, ao lado dos camponeses médios e da burguesia rural, em luta pela posse da terra, mas sempre empurrada a engrossar o proletariado rural. As contradições entre as forças produtivas e as relações de produção chegaram a um ponto crucial. Elas nos fornecem a caracterização, no Brasil, segundo um estudioso, de um desenvolvimento à moda prussiana, sob a ação e a influência do imperialismo. Avança sem dúvida a penetração capitalista, mas os restos feudais vão sendo conservados e o monopólio da terra zelosamente defendido. (SODRÉ, 1990, p. 355)

Caio Prado Jr, por sua vez, apresenta uma interpretação completamente oposta sobre a questão agrária brasileira e seus desdobramentos para a revolução brasileira ao analisar que as relações capitalistas são predominantes na agricultura desde a abolição da escravidão o que, para ele, significava que os trabalhadores rurais não seriam camponeses que reivindicam a posse da terra, como faziam os servos europeus da Idade Média, mas sim trabalhadores livres, meros vendedores da força de trabalho (MANTEGA, 1984). O intelectual marxista não admite a existência de relações feudais ou restos feudais no campo brasileiro, “para haver restos feudais haveria por força de preexistir a eles um sistema feudal de que esses restos seriam remanescentes. Ora, um tal sistema feudal, semifeudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria nunca existiu entre nós.” (PRADO, 2014, p. 40). Para Prado Jr., nunca houve feudalismo aqui porque nunca houve uma economia camponesa, isto é, a exploração da terra por pequenos produtores, onde as bases feudais pudessem se assentar, o campesinato aqui é uma classe difusa, pouco expressiva, não é bem definida: “Aquilo que essencial e fundamentalmente forma esta nossa economia agrária, no passado como ainda no presente, é a grande exploração rural em que se conjuga, em sistema, a grande propriedade fundiária com o trabalho coletivo e em cooperação e conjunto de numerosos trabalhadores.” (PRADO, 2014, p. 47). A esse respeito, Reis escreve:

As relações no campo não são feudais, a parceria não é feudal. É uma relação assalariada com remuneração in natura. É uma relação capitalista de produção. Sua presença não é negativa para a produção - é uma relação capitalista superior e produtiva. O “barracão” e o “cambão” não são feudais, são restos escravistas. No Brasil, não existia o que é próprio do regime feudal: a exploração parcelária da terra pela massa camponesa, em que o excedente é extraído através de relações de dependência pessoal do camponês ao senhor. (REIS, 2019, p.187)

No lugar de utilizar a expressão “camponês”, Prado Jr. a substitui por “trabalhador rural” - trabalhador da grande propriedade rural:

Nos maiores e principais setores da agropecuária brasileira, naqueles que constituem em conjunto o cerne da economia agrária do país e onde se concentra a maior parcela da população rural, os trabalhadores, como empregados que são da grande exploração, simples vendedores de força de trabalho, portanto, e não camponeses, no sentido próprio, aquilo que aspiram e o que reivindicam, o sentido principal de sua luta, é a obtenção de melhores condições de trabalho e emprego. (PRADO, 2014, p. 50).

Caio Prado dá ênfase ao predomínio absoluto da grande propriedade rural e minimiza a importância do campesinato, afirmando o caráter residual da pequena propriedade que gera camponês que trabalha por conta própria:

Essas áreas de economia camponesa são localizadas nas zonas de colonização estrangeira do Sul, nas terras (até então virgens) do oeste paranaense e centro-norte de Goiás ocupadas por posseiros e, principalmente, em algumas regiões do Nordeste (onde a grande exploração rural não se estabeleceu e decaiu) entre a Zona da Mata e o Agreste, onde surgiram as Ligas Camponesas. Mesmo em conjunto, esses setores da economia camponesa, empresariados pelos pequenos proprietários ou arrendatários, são considerados por Caio Prado Jr. como parcela insignificante da produção agrária brasileira, concentrada nas grandes propriedades rurais capitalistas. (MANTEGA, 1984, p. 246)

O cambão e outras relações difíceis de serem caracterizadas como capitalistas abundantes no campo brasileiro não seriam, de forma alguma, relações feudais ou semifeudais. O barracão e o cambão são relações capitalistas com remanescentes escravistas, é interessante e importante observar que, na análise de Prado Jr, há uma grande proximidade entre o regime de trabalho escravo e o regime capitalista de trabalho livre, o sujeito escravizado também era remunerado, senão com salário, era com alimentos, vestimenta e habitação. Nesse sentido, Mantega escreve:

Tem-se a impressão de que o elemento fundamental para definir a dinâmica social estabelecida nessa economia agrária mercantil é a classe proprietária, que submete a produção à sua direção e interesses. Nesse contexto, parece pouco importante o caráter livre ou escravo da mão-de-obra, uma vez que ambas figuram como “força de trabalho”, submetidas aos mesmos desígnios e interesses. (MANTEGA, 1984, p. 244)

E continua:

Essa identificação entre o trabalho livre e escravo feita por Prado Jr. fica mais patente quando se examina a sua respectiva remuneração. Em ambos os casos ele considera que os trabalhadores recebem remuneração ou compensação pelos serviços prestados. E aqui tanto faz a forma específica como se dá essa remuneração, podendo ser em espécie, em dinheiro ou em concessões várias (utilização de terras, etc), pois todas elas são tidas como formas de salário. (MANTEGA, 1984, p. 244)

Sua análise de que as relações capitalistas são predominantes encontra ferrenhas críticas que afirmam que as relações de trabalho livres não devem ser confundidas com relações de trabalho assalariadas. Mantega discorda da caracterização das relações no campo, a exemplo do cambão e barracão, como capitalistas: “O parceiro não fornece ao proprietário sua força de trabalho, mas sim uma parte da produção (isto é, um trabalho objetivado) como se fosse um aluguel pela utilização da terra. Trata-se, pois, de uma situação econômica, social e política bastante diferente do trabalho assalariado e de relações de produção capitalistas” (MANTEGA, 1984, p. 250). Dentro das perspectivas da revolução brasileira e seu desencadeamento, Caio Prado identifica que as contradições fundamentais estão no campo brasileiro: “É aí que a herança da nossa formação colonial deixou seus mais profundos traços, e os mais significativos do ponto de vista social. E assim a superação do estatuto colonial que representa, como vimos, linha mestra da revolução brasileira, encontra no campo os principais obstáculos a seu processamento.” (PRADO Jr, 2014, p. 135)

A revolução brasileira conclama para a superação as formas escravistas de exploração do trabalho no campo para aumentar o nível do padrão cultural e material das massas rurais, para o autor marxista isso ocorrerá por meio da organização, mobilização e luta reivindicatória:

Em síntese, os principais obstáculos para o desenvolvimento da economia brasileira apontados por Prado Jr. são a estrutura econômica colonial, voltada para as necessidades externas e a serviço do imperialismo, e o baixo nível de vida da grande massa da população, concentrada na agricultura e carente das condições para constituir um mercado consumidor suficiente para incentivar a industrialização. A superação desse segundo problema far-se-ia justamente pela luta dos trabalhadores do campo por melhores condições de trabalho (e não pela posse da terra, como sugeriram os partidários da tese feudal), de modo a constituir o mercado interno brasileiro, que asseguraria uma base adequada para o desenvolvimento das atividades produtivas em geral e da industrialização em particular. Essa luta política deveria nortear-se, na opinião de Prado Jr., no sentido de auxiliar o processo de transição de uma economia organizada na base da produção para o mercado externo - ou voltada para o atendimento de necessidades estranhas ao país - para uma organização econômica nacional. (MANTEGA, 1984, p. 248)

Ele propõe, portanto, uma aliança do trabalhador rural com o proletariado urbano, pois esse último tem uma vida cultural e material mais elevada e maior organização, o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, apesar de suas deficiências, abre uma boa

perspectiva de luta das massas rurais capaz de superá-las. A luta deve ser em torno da base legal: “A organização sindical não significa apenas o enquadramento da luta reivindicatória, mas é igualmente a educação e elevação cultural dos trabalhadores.” (PRADO Jr, 2014, p. 177). Era preciso impor para as massas rurais o que determina a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Moraes (1955), por sua vez, afirma que Prado reduz a luta política à luta sindical e isso caracterizaria uma versão economicista do marxismo em sua teoria e em suas obras. Para Mantega, o autor de *A Revolução Brasileira*, se equivoca com relação ao caráter das reivindicações dos trabalhadores rurais, pois sua principal reivindicação era a propriedade da terra, na medida em que a terra era o principal meio de produção e de sobrevivência das massas rurais:

Não é apenas no feudalismo que os trabalhadores agrícolas reivindicam a terra, porque isso ocorre em outras situações sociais e particularmente onde a terra é efetivamente a base da produção, como na parceria, cambão e demais formas não especificamente capitalistas, menosprezou o significado da terra para o trabalhador agrícola e optou por uma análise pendendo pro economicismo, que deduz as reivindicações mecanicamente da situação econômica do trabalhador. Como presumia tratar-se de assalariados, as Ligas Camponesas, cuja reivindicação principal era, justamente, a terra, eram consideradas por Prado Jr. como um movimento pouco representativo da revolução agrária brasileira. (MANTEGA, 1984, p. 261)

Seguindo as mesmas linhas gerais da crítica feita por Mantega sobre tal equívoco, Moraes escreverá:

Sodré e a maioria dos comunistas de sua geração entendiam por luta antifeudal aquela que visava à supressão do monopólio latifundiário da terra e da opressão sobre o camponês. Não há de ser preciso insistir em que a mobilização dos sem-terra, o mais notável e pujante movimento social brasileiro da última década, confirma o acerto da ênfase posta na luta pela terra. Não tendo lido Caio Prado Jr., que pretendia provar não ser necessária uma reforma agrária no Brasil, por não haver camponeses lutando pela terra, os camponeses teimam em existir e lutar decididamente contra os latifundiários, enfrentando a truculência homicida da União Democrática Ruralista (UDR) e o ódio frio da “bancada ruralista” no Congresso. (MORAES, 2011, p. 163)

Curiosamente, a preferência de Prado Jr. pela expressão “trabalhador rural” no lugar de “camponês” estava em consonância com as ideias dos militares pós-1964, “o Estatuto do Trabalhador Rural surge com o intuito ideológico de condicionar o camponês

em mero trabalhador rural a ser explorado pelo agronegócio” (SILVA, 2014, p. 45). Infelizmente, Caio Prado Jr. forneceu argumentos para os adversários da reforma agrária ou da revolução agrária, diga-se de passagem, aos ruralistas e tecnocratas do grande capitalismo agrário, “o argumento de que a grande propriedade fundiária não constituía, antes oferecia o desenvolvimento do capitalismo, foi manejado principalmente por Caio Prado Jr e retomado, com motivações políticas opostas, pelos agro tecnocratas da ditadura, que se apoiavam no incontestável crescimento da economia brasileira a partir de 1969, dito “milagre” pelos áulicos do regime” (MORAES, 2001, p. 35).

Discordamos das análises de Caio Prado Jr., fundamentalmente, em dois pontos: 1) reconhecemos a necessidade do conceito de camponês para a compreensão da estrutura agrária brasileira bem como a atualidade do conceito; 2) Prado não foi capaz de reconhecer a presença de pequenos produtores nos primeiros séculos do país, pois deu demasiada atenção ao latifúndio escravista como relação absoluta. O campesinato pode ser visto como uma categoria analítica e histórica, mas, principalmente, no Brasil, uma categoria política. Segundo Martins (1981), a palavra “campesinato” foi incluída no vocabulário brasileiro pela esquerda brasileira nas décadas de 1950, com predominância da influência do PCB, embora o conceito tenha sido inserido no contexto brasileiro na metade do século XX, o camponês já existia na sociedade brasileira com outras denominações:

O conceito de camponês adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras nos anos 50 ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política em nível nacional. É o momento das “Ligas Camponesas”, quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira. Até então, o camponês recebia denominações locais próprias conforme a sua história e sua região de origem como: caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no Sul - dependendo de sua origem, se imigrante ou não. (MEDEIROS, 2008, p. 60)

Da mesma forma, os proprietários de terra recebiam nomes distintos de região para região: estancieiros no Sul; fazendeiros em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; senhores de engenho no Nordeste; seringalistas no Norte (MARTINS, 1981) e que passaram também a serem designados de latifundiários, “essas novas palavras - camponês e latifundiário - são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses”

(MARTINS, 1981, p. 22). Daí a importância de reforçar o camponês como categoria política: “a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade” (MARTINS, 1981, p. 22). Nesse sentido, o nosso trabalho está de acordo com Medeiros sobre a categoria de camponês:

Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade. (MEDEIROS, 2008, p. 58)

Já nas décadas de cinquenta e sessenta do século XX houve um esforço dos intelectuais brasileiros em investigar a presença de elementos camponeses no Brasil em períodos mais remotos. Alberto Passos Guimarães é um dos intelectuais que procuraram desnudar a interpretação de que o campesinato surge no Brasil apenas em fins do século XIX com a imigração europeia. Para ele é uma concepção equivocada que contribui para apagar os elementos geradores da classe camponesa no país:

Tais concepções implicam a negação do papel dinâmico da luta de classes, substituindo a secular evolução desse processo criador, que culminou com a institucionalização da pequena propriedade no alvorecer do século XIX, por uma coleção de decretos de suas majestades imperiais. Jamais, ao longo de toda a história da sociedade brasileira, esteve ausente, por um instante sequer, o inconciliável antagonismo entre a classe dos latifundiários e a classe camponesa, tal como igualmente sucedeu em qualquer tempo e em qualquer outra parte do mundo. (GUIMARÃES, 2009, p. 48)

Guimarães destaca a figura do posseiro - o sesmeiro empobrecido que não conseguia competir com os grandes senhores de terra e acabavam por vender sua terra, muitos até passam a viver nela em uma relação semelhante à de cambão - na gestação da classe camponesa no Brasil, a posse era a única via de formação da pequena propriedade: os posseiros invadiam terras desocupadas, que não tinham ninguém, terras abandonadas e não cultivadas. Dessa forma, ele escreve: “Ao atacar de frente o todo-poderoso sistema latifundiário, ao violar suas draconianas instituições jurídicas, a posse passa à história

como a arma estratégica de maior alcance e maior eficácia na batalha secular contra o monopólio da terra.” (GUIMARÃES, 2009, p. 51).

Outros estudiosos destacam a formação de quilombos que geravam uma economia de subsistência independente, a exemplo de Cardoso (2009), que utiliza a expressão “brecha camponesa” na compreensão da realidade colonial brasileira. Além da produção dos quilombos, o autor destaca os “pequenos lotes de terra concedidos em usufruto, nas fazendas, aos escravos não domésticos, criando uma espécie de camponês-escravo” (CARDOSO, 2009, p. 97) para explicar a brecha camponesa.

Os estudos sobre a agricultura produtora de alimentos no período colonial de Linhares e Silva (2009) também corroboram com a interpretação e utilização da brecha camponesa, além da já citada pesquisa de Palacios, cuja objetivo é: “Discutir a existência de outras formas de considerar a presença dos cultivadores pobres livres na sociedade dos primeiros séculos, isto é, mostrar que os processos econômicos, políticos e sociais que formam a história agrária dos séculos XVIII e XIX foram também e de maneira fundamental forjados como resultado das contradições existentes entre as comunidades camponesas autônomas e as plantations escravistas” (PALACIOS, 2009, p. 149). O campesinato no Brasil é uma classe constantemente ameaçada, continuamente passa por processos de arruinamento, mas que teima em continuar existindo e se reproduzindo, “a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com a expropriação e migração destas pessoas para a cidade” (MEDEIROS, 2008, p. 65).

CAPÍTULO 03 – A LIGA DOS CAMPONESES POBRES – LCP (1995-2022): PROPOSTA DE REVOLUÇÃO BRASILEIRA NA ATUALIDADE

O programa nacional-democrático brasileiro em torno das lutas pelas chamadas Reformas de Base nos anos de 1950 e 1960 afundou e havia se tornado um sonho distante após o golpe militar de 1964. Na América Latina, de modo geral, os golpes militares eram parte de um movimento reacionário que tinham como objetivo principal frear os movimentos revolucionários que possuíam, na centralidade de problemas e soluções que deveriam ser resolvidos, a questão da democratização e descentralização da terra. No Brasil, o projeto de reforma agrária como parte dos planos de desenvolvimento econômico dos governos militares visava antecipar a temida revolução popular que pairava sobre o país e que tinha como maior expressão as Ligas Camponesas sob a direção do Partido Comunista do Brasil (PCB¹³): precisava parecer que a reforma agrária constava como uma preocupação dos militares antes que o povo a fizesse com suas próprias mãos. Sabemos que a reforma agrária concebida pelos militares tinha o objetivo de desenvolver o capitalismo no campo, expulsando os camponeses ou tornando-os presas fáceis do latifúndio, o que se convencionou chamar de *modernização conservadora*.

De fato, o período do gerenciamento militar foi marcado por uma violenta perseguição e repressão aos movimentos camponeses e revolucionários. Vale lembrar que o contexto dos anos sessenta e setenta do século XX é o de restauração capitalista nos dois grandes países socialistas - URSS e a China Popular - cujos partidos comunistas cumpriam um importante papel de orientação e apoio às revoluções de libertação nacional dos países da Ásia e África e, também, aos demais partidos comunistas nos países da América Latina em suas atividades com as massas populares. Outro fator importante é a função que Khrushchov tomou para si de deslegitimar a figura de Stálin como liderança dentro do movimento comunista internacional: em 1956, no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o então primeiro-ministro da URSS fez um longo discurso às delegações presentes no congresso em que denunciava os crimes de Stálin. Após o XX Congresso do PCUS, os partidos comunistas de vários países enfraqueceram-se, provocando divisionismo interno. O PCB não ficou imune a tal acontecimento. Diante

¹³ Como condição imediata para a conquista da legalidade, o Partido muda sua designação de Partido Comunista do Brasil – PCB para Partido Comunista Brasileiro – PCB como forma de adequação jurídica à legislação brasileira.

de tais circunstâncias, começa a surgir cada vez mais, como reflexo das condições históricas, uma descrença nos ideais revolucionários.

Não por acaso, a suposta crise do marxismo será levantada pelos intelectuais no contexto desses acontecimentos e, não somente, os anos 60 e 70 marcam uma ruptura com o paradigma moderno (principalmente o marxismo) de produção de conhecimento com a proeminência do pós-modernismo: se a discussão sobre os modos de produção no Brasil, a partir das perspectivas estruturalista ou marxista, é forte na historiografia brasileira até os anos sessenta, a partir dos anos 1970 ela vai enfraquecendo aos poucos. Esse debate importava porque estava acompanhado de estratégias para serem colocadas em prática em função da revolução ou transformação radical no Brasil e que vai deixando de interessar aos intelectuais e novos pesquisadores principalmente nos anos oitenta do século passado. Adolfo (2018, p. 504) argumenta que não eram mais essas as preocupações da historiografia da década de 1980 “e sim o surgimento – e a capacidade de agência histórica – de grupos políticos e sociais, como o movimento feminista, o sem-terra, o negro, etc.”:

O viés político dos anos 1980, portanto, deu-se de forma diversa ao das duas décadas precedentes. Nestas décadas, as pesquisas de fundamentação teórico-marxista produzidas neste período tinham como intenção definir a natureza da formação social brasileira, de modo que isto definiria a estratégia política que a esquerda deveria empregar para alcançar as mudanças estruturais desejadas. Tal intenção política, por sua vez, não foi alimentada pelos historiadores dos anos 1980. O que transpareceu de político nestes autores, antes, foi, por meio da fragmentação do poder, um depósito de esperança na capacidade política dos agentes históricos e uma valorização de lutas diversificadas, como as travadas pelos operários, negros, mulheres, homossexuais, sem-terra, etc. (ADOLFO, p. 505, 2018).

Tal mudança de perspectiva na historiografia brasileira é motivada, em maior ou menor grau, com os fatores que escrevemos acima: a suposta crise do marxismo, a falência do “socialismo real” e, principalmente, a crítica que o pós-modernismo fez às teorias estruturalistas e globalizantes, “o termo pós-moderno diz respeito às teses que sustentam as crises dos paradigmas nas ciências sociais e a necessidade de uma nova produção de conhecimento centrada na atenção às diferenças, ao efêmero, ao fragmentário” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p. 317). O abandono da perspectiva revolucionária de transformação da sociedade abre caminho para a preferência por políticas públicas dentro das identidades fragmentadas como postulado pelo paradigma pós-moderno. Por óbvio, o pós-modernismo surge como negação e ruptura ao paradigma

moderno que se estabelece com a “crise do marxismo”. Importante destacar que o contexto de surgimento do paradigma pós-moderno é, de fato, um momento de crise mundial do movimento comunista - e não crise do marxismo -, mas não cabe, neste momento, pormenorizar suas motivações. Sobre o marxismo, Cardoso (1997) escreve:

É assim que a principal contradição dialética reconhecida pelo materialismo histórico marxista é a que se estabelece entre o homem (sócio historicamente determinado: daí a teoria das classes sociais, no caso das sociedades pós-tribais) e a natureza, e se resolve no desenvolvimento das forças produtivas. As outras contradições centrais ligam, como se sabe, a dinâmica das forças produtivas ao caráter conservador das relações de produção e a determinação em última instância pela base econômica à autonomia relativa dos diversos níveis da superestrutura. Da análise integrada dessas contradições é que surgem conceitos fundamentais como: modo de produção, formação econômico-social, classes sociais. (CARDOSO, 1997, p. 26)

Do ponto de vista pós-moderno, há uma rejeição de interpretações da realidade que concebem a existência de leis gerais históricas ou sociais e uma propensão a não procurar a ligação entre os diversos fenômenos sociais, chegando até mesmo a negar essa possibilidade: os fenômenos são compreendidos de formas isoladas, daí também ocorre o abandono com lutas sociais unificados de superação da ordem social vigente, superação de um modo de produção para outro substituindo-os por pequenas lutas fragmentadas sem uma base, por exemplo, de exploração econômica, que as unificasse. Da impossibilidade de compreender os fenômenos em sua integralidade ou unidade com outros surge a descrença na possibilidade de verdade objetiva, o que existe são disputas de tipos de poder, disputa de identidades, discursos e representações, “o real não é possível de ser explicado e entendido em sua globalidade, podendo apenas as suas partes serem descritas de forma isolada e fragmentada.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 318).

Marx e Engels (2005), ao escreverem sobre o idealismo dos jovens hegelianos¹⁴ na obra *A Ideologia Alemã*, que submete a críticas a interpretação de que as ideias

¹⁴ Corrente idealista na filosofia alemã dos anos 30-40 do século XIX, que procurava tirar conclusões radicais da filosofia de Hegel e fundamentar a necessidade da transformação burguesa da Alemanha. O movimento dos jovens hegelianos era representado por E. Bauer, M. Stirner e outros. Durante certo tempo, também Feuerbach partilhou as suas ideias, bem como K. Marx e F. Engels na sua juventude, os quais, rompendo posteriormente com os jovens hegelianos, submeteram à crítica a sua natureza idealista e pequeno-burguesa em *A Sagrada Família* (1844) e em *A Ideologia Alemã* (1845-1846).

determinam o mundo material e não o contrário, escrevem: “Nenhum desses filósofos se lembrou de procurar a conexão da filosofia alemã com a realidade alemã, a conexão da sua crítica com o seu próprio ambiente material.” (MARX & ENGELS, 2005, p. 15). Para os autores comunistas, a mudança das circunstâncias e das relações sociais não se dão no domínio das ideias, no combate ao que chamaram de “fraseologia do mundo”, pois “a moral, a religião, a metafísica e todo tipo de ideologia, e as formas de consciência que lhes correspondem, perdem de imediato toda a aparência de autonomia. Não tem história, não tem desenvolvimento, são os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, mudam sua realidade, mudam também o seu pensamento.” (MARX & ENGELS, 2005, p. 26). Nesse sentido, o pós-modernismo só pode ser compreendido dentro das especificidades históricas em que surge, sua base material: a realidade que estava posta e a ação, intervenção ou interpretação que os intelectuais pós-modernos construíram dessa realidade.

O século XX, argumenta Cardoso (1997), marcado por duas sangrentas guerras mundiais, a irracionalidade do nazismo, o genocídio e etc, provocou o sentimento de desilusão com a ideia de progresso defendida pela modernidade, que podemos chamar de pessimismo pós-moderno, “o racionalismo, a ciência (com frequência, aliás, confundida com a tecnologia, que é coisa bem diferente) não foram fatores de libertação e felicidade, e sim, pelo contrário, geraram monstros” (CARDOSO, 1997, p. 32), ou seja, há também uma crise da razão moderna defendida pelos pós-modernismo. Foi nesse contexto, portanto, que surgiu o pensamento pós-moderno, trata-se de relacionar a produção intelectual pós-moderna com os conflitos e tensões sociais existentes na época dos quais não poderiam escapar.

Os chamados Novos Movimentos Sociais (NMS), com uma nova concepção de se fazer política que se inicia nos anos 1960 e 1970, tem, no paradigma pós-moderno, sua base teórica mais importante. A esquerda pós-moderna, assim chamada por Montaño e Duriguetto, influenciará sobremaneira os “NMS”, tal esquerda pós-moderna nega as bases teóricas do marxismo - divisão da sociedade em classes e a luta política revolucionária - e propõe a ênfase nas identidades culturais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

3.1 Os “Novos Movimentos Sociais”

Os Novos Movimentos Sociais são uma nova concepção política e de se fazer política que se inicia nos anos 1960 e 1970 como uma forma de reação à “crise do marxismo”: crítica ao modelo leninista de organização de partido disciplinado, à via da luta armada para tomada do poder político/do Estado e às ações clandestinas (KARNEN, 1987). A narrativa da “crise do marxismo” é, sobretudo, uma crítica do paradigma pós-moderno, o maior equívoco do marxismo seria o fracasso da revolução, o fracasso do socialismo real e o desenvolvimento para uma crise nas formas tradicionais de se fazer política - partidos e sindicatos - os Novos Movimentos Sociais, que surgem na década de 1960, constituem a maior expressão dessas mudanças, são movimentos de bairro, estudantil, feminista, ecológico, movimento hippie e etc:

Com uma nova concepção política, que não está apenas voltada para a conquista de um futuro melhor distante - mas que levanta como meta a realização de uma existência cotidiana digna de viver, e que vai se obtendo também a cada dia -, começa a luta pela eliminação da alienação cotidiana. Esse processo inclui a possibilidade de ensaio de formas de comportamento a longo prazo - e não apenas num sentido econômico. (KARNEN, 1987, p. 33)

Os Novos Movimentos Sociais apresentam-se ora como alternativos aos chamados movimentos clássicos, isto é, os movimentos de classe tradicionais e partidos políticos de esquerda, com o objetivo de substituir tais lutas ou como complemento dos movimentos de luta de classes, somando junto a eles. Os movimentos de luta de classes e os movimentos de libertação nacional, socialista e anti-imperialista, que têm em seus horizontes a superação da ordem capitalista são caracterizados como movimentos clássicos. Os ‘NMS’ centram suas mobilizações nas questões de gênero, raça, moradia, educação, sexualidade e têm uma tendência a ver com indiferença ou hostilidade as lutas pela tomada de poder político do movimento operário e a sua centralidade na esfera do trabalho e da produção (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). O que prevalece na concepção política dos Novos Movimentos Sociais é a sua luta por mudanças pontuais na ordem social vigente e não sua superação por meio de um processo revolucionário.

Os intelectuais que defendem as premissas dos Novos Movimentos Sociais em substituição à luta proletária pela revolução comunista apontam para formas microrrevolucionárias de fazer política na vida cotidiana e a composição das identidades

múltiplas que existem. Algumas críticas, entretanto, são feitas aos “NMS”, destacaremos duas: 1) seus campos de intervenção não colocam diretamente a questão das relações sociais capitalistas, limitando seu alcance político, pois muitas vezes não são realizadas em conjunto com a luta do proletariado; 2) o particularismo de suas demandas faz com que haja uma tendência ao isolamento, com problemas específicos, o que estreita suas lutas em práticas localizadas (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Portanto, o pós-modernismo pode ser significativamente útil ao capitalismo.

Acreditamos que é possível estabelecer aproximações do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) com as concepções políticas dos Novos Movimentos Sociais na medida em que entendemos que o abandono da luta pela tomada do poder político por meio de um processo revolucionário e a centralização na luta por conquistas pontuais alcançadas por meio das pressões exercidas pelo Estado e a inclusão de determinado fragmento de classe nas decisões do Estado são características do movimento camponês em questão. É importante esclarecer, neste momento, que utilizamos da teoria dos Novos Movimentos Sociais e suas aproximações com o MST com o objetivo de identificar e compreender quais são as diferenças nos princípios teóricos e organizativos do MST com os da LCP, objeto de estudo da pesquisa, que nega radicalmente a concepção política dos “NMS” na ideologia e na prática, salientamos, contudo, que o objetivo não é considerar o MST um movimento pertencente aos ‘NMS’, mas pensar se e como é possível estabelecer aproximações.

3.1.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

As transformações que a agricultura brasileira sofreu nas décadas de 1970, principalmente, sob o gerenciamento militar são marcadas pela introdução do capitalismo no campo que gerou expulsão em massa de camponeses, o MST nasce no contexto de agudização dessas transformações. No Sul do país, considerado o berço do MST, Stédile aponta que o fenômeno da introdução da soja na região agilizou a mecanização da agricultura (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 17):

Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída - o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso os obrigou a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não

aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 19).

Nos dias 21 a 24 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel (PR), ocorreu o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nesse encontro foram definidos princípios de organização, estrutura do movimento e formas de luta, por isso se considera janeiro de 1984 o ano de fundação do MST. A defesa do MST é o de Reforma Agrária Popular, isto é, uma reforma agrária que se diferencia das reformas agrárias clássicas capitalistas e se constitui como resistência ao avanço do modelo de agricultura capitalista, à concentração de terras, popular porque garante a democratização da terra. Nos documentos do MST constam afirmações de que o movimento camponês viabiliza a reforma agrária, mas que é competência do Estado realizá-la: “Desapropriar, imediatamente, para fins de Reforma Agrária, todas as terras que não cumprem a sua função social, relativa ao uso produtivo, às condições sociais e trabalhistas dos trabalhadores e trabalhadoras e a preservação do meio ambiente, como estabelece a Constituição Federal de 1988.” (Programa Agrário do MST, 2014, p. 40). Há, portanto, pressão para que se aplique a lei de Reforma Agrária, a luta pela aplicação do Estatuto da Terra¹⁵ promulgada em 1964.

Por meio das ocupações de terra, o movimento pressiona o Estado para assentar os camponeses, é a ideia de que só a luta faz a lei, “a lei só é aplicada quando existe iniciativa social” (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 117). A luta pelo acesso à terra dentro dos limites legais do Estado - reforma agrária - contrasta com a defesa da LCP de Revolução Agrária em que o Corte Popular ¹⁶substitui a reforma agrária por iniciativa do Estado:

A LCP se destaca em relação a outros movimentos sociais de luta pela terra – sobretudo em relação ao MST – em virtude da linha política que segue, e principalmente pela combatividade que imprime às suas ações, bem como pelo fato de se assumir enquanto um movimento social de caráter revolucionário, na medida em que entende que a luta pela terra não poderá ser realizada com êxito sem que se tenha em perspectiva o horizonte da transformação radical das estruturas da sociedade brasileira, no sentido da construção de uma sociedade socialista, a partir

¹⁵ Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, promulgada pelo governo militar de Castelo Branco, criou um organismo público para implementar a reforma agrária, o atual Incra, e consolidou o instituto legal da desapropriação de latifúndios pelo poder público.

¹⁶ Propõe-se aos camponeses que partam para a terra, a tomem, organizem a sua medição, a dividam entre si por meio de sorteio e comecem a organizar a produção na porção de terra que tenham pego no sorteio.

do processo que tem sido denominado como a Revolução Democrática Ininterrupta ao Socialismo. (GOMES, 2014, p. 18)

Embora o MST faça defesa, em seus documentos, da construção de um novo modelo de sociedade em alternativa ao capitalismo - o socialismo - o movimento camponês apresenta um ecletismo teórico que nasce da preocupação e da luta dentro do movimento em combater rótulos (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 62). No livro *Brava Gente*, Stédile e Fernandes aglutina uma série de pensadores e militantes, muitos que, entre si, carregam sérias divergências ideológicas, como referências para o pensamento social do MST, entre eles: Celso Furtado, Josué de Castro, Caio Prado Jr, Ernesto Che Guevara, Mao Tse Tung e etc. O ecletismo teórico presente no movimento implica na dificuldade em compreender quais são as estratégias para se chegar ao socialismo, o que não ocorre com a LCP, sua linha política de atuação é bem clara: a defesa intransigente da Revolução de Nova Democracia¹⁷, que será melhor explicada no desenvolvimento da pesquisa.

A forma como os dois movimentos camponeses compreendem a atuação do Estado também divergem, ambos apontam o caráter burguês do Estado, mas se posicionam de formas diferentes frente a ele: “A realização do programa de Reforma Agrária Popular exige mudanças democráticas na forma de organização e funcionamento atual do Estado burguês. Levando em consideração a natureza antidemocrática do Estado burguês e sua burocracia que impedem políticas públicas favoráveis à classe trabalhadora em geral.” (Programa Agrário do MST, 2014). Exige mudanças democráticas na perspectiva liberal de democracia ou na democracia proletária ¹⁸de Lênin?

Entendemos que a principal diferença entre o MST e a LCP é a seguinte: a LCP se constitui como um movimento camponês revolucionário, o MST não aponta direcionamento político de formas de enfrentamento contundentes com o Estado, apenas o pressiona para a ampliação de políticas que beneficiem as massas populares, “lutas e pressões sociais pela democratização dos serviços, órgãos de fiscalização e do funcionamento de todas as esferas dos governos federal, estadual e municipal. Assim

¹⁷ Em 1940, Mao Tsé Tung publica um artigo intitulado *A Nova Democracia na China* em que afirma ser a China um país semicolonial, subjugado pelo imperialismo japonês, portanto, antes de uma revolução socialista, se fazia necessária uma revolução democrática de novo tipo que eliminasse os restos feudais existentes no contexto agrário da China, impulsionado pelo latifúndio em aliança com o imperialismo, e resolvesse de vez o problema agrário-camponês.

¹⁸ Democracia burguesa e Democracia proletária, por Lênin. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/renegado/cap02.htm>

como as esferas dos poderes judiciário, legislativo e executivo.” (Programa Agrário do MST, 2014).

Silva ao escrever sobre o MST, argumenta:

No discurso do MST, não é explícita a proposta de uma revolução nem de construção de uma sociedade socialista em curto e longo prazo. O movimento propõe sim um projeto de reforma agrária e, conseqüentemente, de transformação social que, principalmente, combata as desigualdades sociais e de distribuição de terras no campo. Entre outros objetivos mais específicos propõe um projeto de transformação que garanta a soberania alimentar do país através de uma agricultura sustentável. Desse modo, a defesa feita pelo MST da agricultura agroecológica e do uso sustentável de recursos naturais tem sido uma tática nas tentativas de mostrar e de barrar as ações nocivas do agronegócio. (SILVA, 2014, p. 76)

A Liga, por outro lado, não deposita nenhuma confiança no Estado, na centralidade do seu programa agrário está o entendimento do Estado como instrumento de monopólio, violência, coerção e dominação de classe, “(...) é decisivo, para fortalecer o trabalho ideológico das massas, educar-nos todos do ponto de vista de classe, difundir a ideologia de classe operária, termos claro o papel do Estado como instrumento de dominação e violência da burguesia, do latifúndio e do imperialismo” (Cartilha Nosso Caminho, LCP, 2006).

Trata-se de negar o atual estado, pois ele representa os interesses das classes dominantes e substituí-lo pelo Estado proletário. A Liga tem uma concepção de Estado herdeira de Lênin que, com os aportes teóricos de Marx e Engels, escreve:

Eis, expressa com toda a clareza, a ideia fundamental do marxismo no que concerne ao papel histórico e à significação do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis (LÊNIN, 2017, p. 29).

E continua:

Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes, no próprio conflito dessas classes, resulta, em princípio, que o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se toma a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada (LÊNIN apud ENGELS, 2017, p 35).

Portanto, para a LCP, o atual Estado é uma ditadura das classes dominantes e não pode haver democracia pura em uma sociedade de classes, apenas democracia de classe, o que justifica sua defesa de democracia proletária, democracia para as massas populares, a maioria da população.

3.2 Cultura política de esquerda, marxismo-leninismo-maoísmo

Tanto a LCP quanto o MST nascem no contexto de crise do movimento socialista revolucionário mundial e a emergência dos Novos Movimentos Sociais, entretanto, a Liga se opõe radicalmente à concepção de fazer política dos ‘NMS’ ao resgatar a centralidade da luta na tomada de poder político (estatal) por meio de um processo revolucionário: Revolução de Nova Democracia ininterrupta ao socialismo¹. A Liga dos Camponeses Pobres (LCP) retoma o debate que era feito sobre os modos de produção na estrutura agrária brasileira pelos marxistas na década de cinquenta e sessenta do século passado com vistas à revolução brasileira atualizando-a e depurando-a dos erros teóricos e práticos cometidos pela esquerda revolucionária da época, nesse sentido, a LCP é herdeira de uma cultura política de esquerda que se orientava pela III Internacional:

Desde os seus primórdios, a III Internacional ou Internacional Comunista, guiada pelos pressupostos teóricos e ideológicos do leninismo, estabelece a necessidade de se constituir partidos comunistas nesses países para consecução de revoluções de caráter democrático e nacional. Na leitura da Internacional, a revolução em países como o Brasil demandava ser dirigida pelo proletariado, organizado como partido, em aliança com o campesinato e tinha como alvos internos a “grande burguesia” e os grandes proprietários de terras, (latifundiários), ambos subservientes aos interesses imperialistas. Dessa compreensão da revolução brasileira se concluía que seria necessário estabelecer a democracia e a república para alcançar o socialismo, como uma fase, uma etapa incontornável. Em linhas gerais, essa foi a política internacional para os países “coloniais” e “semicoloniais” defendida pela Internacional Comunista durante as primeiras décadas do século XX. Dessa maneira, o caráter nacional e democrático da revolução imporia a necessidade de se estabelecer uma ampla “frente única” com outras classes. (BATELLA, 2021, p. 43)

No documento da linha política geral da LCP há a defesa de que uma revolução democrático-nacional continua sendo uma necessidade no Brasil pelo caráter semicolonial do país. O emprego do conceito de cultura política que está sendo utilizado é o conceito localizado na chamada renovação da história política na historiografia francesa nos anos 1980 que ficou conhecida como Nova História Política, o conceito é

apropriado para a pesquisa pois nos permite compreender a coesão dos grupos organizados à volta de uma cultura, de uma visão comum do mundo, uma leitura partilhada do passado e perspectiva partilhada de futuro também, nos permite compreender as normas, crenças, valores e símbolos que constituem a cultura de um grupo (BERSTEIN, 1998).

Utilizamos como parâmetro a definição de cultura política fornecida por Motta (2014, p. 21): “cultura política como um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. Para além das identificações que já apontamos, a presença de uma cultura política marxista-leninista nas formulações teóricas da LCP é percebida pela conotação fortemente anti-imperialista das suas análises (BATELLA, 2021). Portanto, a Liga dos Camponeses Pobres não somente retoma o debate sobre a revolução brasileira que existia nas décadas de 1950-60, mas atualiza o debate sobre a revolução brasileira, depurando-o, a exemplo do emprego dos conceitos de capitalismo burocrático, revolução agrária e revolução de nova democracia, encontrados no pensamento: além da influência de Marx, Engels e Lenin, existe a influência de Mao Tse Tung.

3.3 A Liga dos Camponeses Pobres - LCP

Em sua pesquisa, Batella (2021) divide a trajetória histórica da Liga em três momentos distintos, para os fins do nosso trabalho, interessa os dois primeiros momentos: 1) O período que vai das ações precursoras da então Liga Operário Camponesa, em meados da década de 1990 até a realização primeiro congresso de fundação da Liga dos Camponeses Pobres no Norte de Minas no ano 2000; 2) Período de estruturação, consolidação e expansão do movimento, em que o movimento busca sistematizar a prática do “Corte Popular” como parte do seu programa político e forma de arregimentar os camponeses. No primeiro momento, do período precursor da atuação da Liga, encontra-se o episódio que ficou conhecido nacionalmente como “Massacre de Corumbiara”,

porém a LCP refere-se ao acontecimento como “Heróica Resistência Camponesa de Corumbiara”.¹⁹

Imagem 1: Manifestação da Liga dos Camponeses Pobres



(Imagem encontrada no jornal “Resistência Camponesa”, publicada em 9 de agosto de 2021 pela LCP de Rondônia e Amazônia Ocidental)

O Conflito de Corumbiara ocorreu no dia 9 de agosto de 1995 na fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara na região sul de Rondônia, “a ocupação recente da região onde se localiza o município de Corumbiara corresponde a uma área de aproximadamente 1.200.000 hectares, que foi objeto de concorrência pública ocorrida entre os anos 1972 e 1975 que visava destinar parte dos mais de 2.300.000 hectares de terras públicas federais que integram a chamada Gleba Corumbiara, onde o desmatamento

¹⁹ Matéria do jornal “Resistência Camponesa” intitulada *Viva os 26 anos da heroica resistência camponesa armada de Corumbiara! O sangue derramado na Santa Elina corre em nossas veias!* Disponível em: <https://resistenciacamponesa.com/luta-camponesa/viva-os-26-anos-da-heroica-resistencia-camponesa-armada-de-corumbiara-o-sangue-derramado-na-santa-elina-corre-em-nossas-veias/>

era a forma de reconhecimento da posse de novas áreas por parte dos empresários.” (MARINHO, 2009, p. 38). O contexto do conflito precisa ser esclarecido e se encontra no processo de ocupação recente da Amazônia pelo gerenciamento militar do estado brasileiro, “a intenção dos governos militares era regularizar e facilitar o monopólio da terra sob o controle de grupos estrangeiros de extração de matéria prima vegetal e mineral e grandes corporações agropecuárias, associados ao fato de —aliviar as tensões sociais no nordeste e sul do país.” (MARTINS, 2009, p. 35). Ainda de acordo com Martins:

O conflito ficou conhecido como Massacre de Corumbiara dando conta da ação truculenta da Polícia Militar e de atrocidades cometidas no confronto com os camponeses. Segundo o Monsenhor José Maria, Vigário Episcopal da região de Corumbiara, no conflito houve uma ação ilegal da PM ao agir de madrugada e exercida com requintes de crueldade, destacando-se casos como a de um camponês que foi obrigado a comer parte do cérebro de um colega morto. No final do conflito morreram oficialmente 11 pessoas, entre estas uma criança, dois policiais e oito camponeses (MARTINS, 2009, p. 54).

Além de Martins (2009), o conflito de Corumbiara foi pesquisado por Mesquita (2001) que aborda, em sua tese de Doutorado, as características de um massacre no conflito orquestrado pelo Estado e latifundiários contra os camponeses. Ao dar ênfase nas ações do Estado e do latifúndio, Mesquita (2001) deixa de lado a resistência dos camponeses e as lutas que resultaram após o conflito. Marinho, por outro lado, busca identificar, em sua pesquisa, justamente os aspectos de resistência dos camponeses, estamos de acordo com a sua abordagem na medida em que essa é a mesma posição tomada pelos camponeses da LCP:

Os camponeses não são somente vítimas. É a explicitação de uma contradição secular no nosso país: a concentração da terra, do poder e da riqueza. Ao ocupar a terra, desafiam o coração desta estrutura que gera fome e miséria. Não há alternativa senão colocar-se em luta. Já não suportam mais esperar. O trauma vivido por aquelas famílias nunca será esquecido de sua memória. A dor, o sofrimento e a humilhação. Para muitos, prova maior de resistência foi ser espancados por mais de 24 horas e não delatar as lideranças, não testemunhar em nada que pudessem incriminá-los. Esta foi a maior resistência (MARINHO, 2009, p. 86).

A partir de agora optamos por nos referir ao “Massacre de Corumbiara” como “Batalha de Santa Elina” por ser a interpretação adotada pela LCP e porque honra o sangue derramado de camponeses em sua secular luta pela terra no país. De fato, a Batalha de Santa Elina foi um marco importante na gênese da Liga, na cartilha Nosso Caminho

(2006), a Liga dos Camponeses Pobres. O acontecimento de 9 de agosto de 1995 em Corumbiara abriu uma nova etapa na história do movimento camponês brasileiro, para a LCP, iniciou-se uma luta aberta no interior do movimento camponês sobre os rumos e organização de sua luta:

A luta aberta pela Batalha de Santa Elina de uma forma geral demarcou dois caminhos no movimento camponês brasileiro e, neste sentido, se tornou um marco fundamental da história do movimento camponês, principalmente de sua fase mais recente. Essa cisão dentro do movimento camponês seguiu se aprofundando, não como um enfraquecimento do mesmo, e sim, pelo contrário, como a possibilidade de desenvolvimento de um autêntico movimento camponês combativo. Da luta de Santa Elina surgiu o MCC — Movimento Camponês Corumbiara no propósito de seguir sustentando a herança da luta de Santa Elina. Com o tempo a luta se instaurou no interior do próprio MCC dando curso ao processo de depuração iniciado com a Batalha de Santa Elina. Da luta dentro do próprio MCC contra a influência do oportunismo vertido principalmente pelo petismo e pela igreja católica e pelo aprofundamento do movimento camponês combativo que avançava a largos passos no Norte de Minas, surgiu a Liga dos Camponeses Pobres (NOSSO CAMINHO, 2006).

Logo após o conflito surge o MCC (Movimento Camponês Corumbiara) que, num processo de luta interna, resultou em um rompimento com parte do movimento, as pessoas que romperam conformaram a LCP. Importante destacar a notícia veiculada pelo jornal “A Nova Democracia” de que, em 2020, os camponeses completaram a retomada da fazenda Santa Elina, “a tomada ocorreu exatamente uma semana após 09/08, data em que completaram-se 25 anos do heroísmo dos camponeses que opuseram feroz resistência contra o ataque planejado pelo latifúndio e o velho Estado que ficou conhecido no mundo como “Massacre de Corumbiara” (A NOVA DEMOCRACIA, 2020).

Ainda no primeiro momento da trajetória histórica da Liga, a conformação de 1995 ao ano 2000 culminou na realização do primeiro congresso de fundação da LCP, “esse evento assentou as bases fundamentais para os posicionamentos políticos do movimento acerca de duas questões cruciais: sua interpretação acerca da formação econômico-social do Brasil e da região e os delineamentos gerais de um programa agrário próprio” (BATELLA, 2021, p. 20). Gomes (2014), afirma que, no início de 2009, a LCP já se encontrava organizada em sete Estados brasileiros, sendo eles: Rondônia, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Alagoas, Ceará e Pernambuco, por meio de cinco LCPs: A LCP de Rondônia e Amazônia Ocidental; LCP do Norte de Minas; a LCP do Centro-Oeste; a LCP do Pará-Tocantins; e a LCP do Nordeste. O segundo momento de

consolidação e expansão do movimento a prática do “Corte Popular” é a forma que a Liga encontra de agrupar os camponeses.

O Corte Popular se insere na linha política de atuação da Revolução Agrária, a prática do corte coloca o papel do INCRA, por ser uma instituição estatal, na ação de política de assentamentos em segundo plano, o próprio movimento realiza os cortes. Sobre o INCRA, Silva afirma:

O INCRA, como instituição representativa do Estado, constituiu-se como mediador em casos de ocupação de terra e possíveis conflitos. Ao lado, ou à frente (ou atrás) do poder judiciário passou a desempenhar um papel “burocratizador” do acesso à terra, pois, através do discurso da legalidade constitucional, na maioria dos casos de disputa pela terra, acaba favorecendo aos interesses das elites latifundiárias e do capital. (SILVA, 2014, p. 52)

A curto prazo, como parte do processo de Revolução Agrária, o corte popular se destaca e se diferencia em relação à reforma agrária tutelada pelo Estado. Uma das características do corte popular é o seu caráter democrático, por meio da Assembleia Popular e do Comitê de Defesa da Revolução Agrária (CDRA), todos os critérios de divisão de parcelas são definidos pelos próprios camponeses, as terras são escolhidas e distribuídas por eles mesmo (BATELLA, 2021). Em matéria intitulada *Viva o Corte Popular!* pelo jornal Resistência Camponesa, a LCP do Centro-Oeste defende que o corte popular é “a única maneira de livrar nosso país de todo atraso, miséria e opressão que representa o sistema semifeudal latifundiário. A revolução agrária é o único caminho pelo qual os camponeses pobres podem conquistar seu tão sonhado pedaço de chão, cortar todas as terras com as próprias mãos sem esperar nenhuma enrolação dos órgãos do governo” (RESISTÊNCIA CAMPONESA, 2008). Batella está de acordo com a defesa da LCP do Corte Popular ao fazer as seguintes afirmações:

Uma das características das tomadas de terra impulsionadas pela Liga dos Camponeses Pobres é de que o tempo de acampamento seja o mais curto possível, já dividindo os lotes entre as famílias que participam da luta. No entendimento do movimento, a fase de acampamento é necessária no início, principalmente para a organização da resistência, mas, se a terra não é logo dividida, a luta perde sua vitalidade, estorvando seu sentido e objetivo. Como diz a consigna do movimento “ousar lutar, ousar vencer, o camponês quer plantar e colher!”, ou seja, trabalhar, produzir e progredir. Como demonstram as fontes analisadas na presente pesquisa, o debate nos acampamentos sempre esbarra no conflito sobre legalidade das práticas ensejadas pela divisão das glebas entre os camponeses, particularmente sobre a validação do “corte

popular” por órgãos estatais como o Incra, o que contrasta com as centenas de acampamentos por todo país em que as famílias passam anos debaixo de lona, na beira da estrada, dependendo de cestas básicas, na espera das decisões do Incra (BATELLA, 2021, p. 21).

O Corte Popular garante a continuidade da luta pela terra pela LCP mantendo os camponeses organizados e possibilitando a reprodução do campesinato, após isso os camponeses formam seus assentamentos populares, ação organizada por iniciativa dos próprios camponeses e não do Estado, que tomam as terras e imediatamente começam a produzir nelas.

Imagem 2: Manifestação da Liga dos Camponeses Pobres



(Fonte: Jornal “A Nova Democracia”, nº 46, setembro de 2008)

3.3.1 Por que camponeses pobres?

De acordo com a classificação de Gomes (2014), o campesinato pode ser dividido em três estratos: os camponeses pobres, os médios camponeses e os camponeses ricos, ele argumenta que o campesinato se constitui como uma classe de transição, a depender da quantidade de capital ou propriedade de terra que o camponês consegue concentrar, ele pode se tornar capitalista ou se tornar proletariado, tendo em vista as condições materiais nas quais o camponês se encontra.

O camponês pobre depende fundamentalmente de sua força de trabalho para sobreviver. Se não trabalhar, perece, ou se vê obrigado a se deslocar para as áreas urbanas, onde também terá de trabalhar, caso deseje sobreviver, mas poderá vir a perder, ao longo do tempo, a condição de camponês e se tornar um proletário urbano ou um proprietário de pequeno capital, expresso eventualmente em pequenas barracas de venda de alimentos ou de outras mercadorias de baixo valor monetário. (GOMES, 2014, p. 77)

Ainda que o camponês tenha seus meios de produção (instrumentos de trabalho), ele não emprega força de trabalho tal como o camponês rico, mas depende de sua própria força de trabalho para sobreviver. O programa agrário da LCP aponta para o caráter de transição do campesinato, principalmente o camponês pobre, que sofre as ações do latifúndio e tem sua economia ameaçada, assim como o programa também destaca ações que possibilite a reprodução camponesa.

Os pequenos e médios camponeses não conseguem sobreviver num país dominado pelos monopólios como o Brasil, a não ser na constante ruína. Toda a pequena e média propriedade está submetida à espoliação do capital financeiro. O sistema burguês-latifundiário protege o grande capital e o latifúndio, massacrando sistematicamente a pequena e média propriedade e explorando e espoliando ao extremo o proletariado e as massas populares, dentro delas o campesinato pobre sem terra. Por isto, além da conquista da terra que vai destruindo o latifúndio, é fundamental a organização da pequena produção em formas associativas para torná-la minimamente viável como economia de resistência. Organizar cooperativas, grupos coletivos de ajuda mútua ou qualquer modalidade de trabalho conjunto é fundamental para que o camponês não desista da terra conquistada e ela não retorne às mãos do latifúndio e sirva de ponto de apoio para sustentação e continuidade da luta. (NOSSO CAMINHO, LCP, 2006).

Lênin escreveu, em 1903, um artigo intitulado *Aos pobres do campo*, e também classifica os camponeses em três estratos: pobres, médios e ricos. Os camponeses ricos arruinam a economia dos camponeses pobres tomando seus pequenos lotes e transformando-os em empregados de suas terras, a produção de suas terras serve para que eles vendam e façam dinheiro aplicando-o em bancos. É sempre importante nunca perder de vista que a fundamentação teórica da LCP tem base nos pensamentos de Marx, Engels, Lênin e Mao Tsé Tung. Em uma matéria do jornal “A Nova Democracia”, intitulado *Ligas Camponesas voltam ao Nordeste*, é possível perceber que o trabalho da LCP na região do Nordeste propõe retomar as históricas Ligas Camponesas que sacudiram a região nos anos 1950 e 1960 e afirma que “o Programa Agrário da LCP representa um claro

desenvolvimento do programa das Ligas Camponesas dos anos 60”, portanto, podemos dizer que, para a escolha do nome da Liga, há inspiração nas Ligas Camponesas.

3.3.2 A questão agrária: capitalismo burocrático e revolução agrária

A cartilha *Nosso Caminho* (2006), documento que apresenta a linha política geral e o programa agrário da LCP, apresenta de início a questão agrário-camponesa e afirma que ela está na base para alcançarmos uma verdadeira democracia.

Para a grande burguesia e para os diferentes setores latifundistas a alteração da estrutura fundiária no país é inaceitável, pois que é fator determinante como sustentáculo do imperialismo e reprodução do capitalismo burocrático que impulsiona no país. Assim, como sempre foi, as classes dominantes seguem empregando todas as formas de violência para impedir qualquer reforma, seja ela a mais superficial, combinando a ação jurídica e policial-militar do velho Estado com a dos bandos de pistoleiros e paramilitares na repressão, assassinatos seletivos e massacres em massa. (NOSSO CAMINHO, LCP, 2006)

A compreensão de capitalismo burocrático é fundamental para entender como a Liga interpreta a questão agrária no Brasil. Em outra passagem, o documento aborda melhor o capitalismo burocrático.

O capitalismo é um sistema baseado na exploração do homem pelo homem. A sociedade capitalista está dividida em classes antagônicas e de interesses irreconciliáveis. Fundamentalmente, a classe exploradora (a burguesia), dona dos bancos, das fábricas, das empresas, das terras (os grandes proprietários de terras, latifundiários), que acumulam suas riquezas explorando o trabalho da classe explorada, o operariado, ou proletariado. O sistema capitalista é o que domina por completo o mundo hoje, e ele não é um capitalismo em geral. Ele é o capitalismo monopolista como um sistema mundial, o imperialismo. E o capitalismo que se desenvolveu em nosso país foi o que o imperialismo, principalmente inglês inicialmente e depois principalmente o norte-americano, impôs na condição semicolonial do país e apoiado na sua base semifeudal, o capitalismo burocrático. Condições particulares importantes que determinaram o atraso e conservação de estruturas totalmente arcaicas e retrógradas no econômico, social, político e cultural do país, vigente ao longo de mais de século até os dias de hoje. (NOSSO CAMINHO, LCP, 2006)

O conceito de capitalismo burocrático e imperialismo estão ligados diretamente ao problema da terra nos chamados países de economia dependente. O período da passagem do capitalismo para a sua fase imperialista (monopolista) é também o período

em que se encerram as revoluções burguesas de tipo clássico, dessa forma, a questão da terra se torna uma questão democrática pendente nos países de realidade colonial e semicolonial. (SOUZA, 2014). A burguesia passa para o campo da contrarrevolução transferindo a solução dos problemas democráticos para as revoluções proletárias - o século XX é a era das revoluções proletárias. O capitalismo burocrático, portanto, aparece quando o capitalismo começa a entrar na sua fase imperialista²⁰.

Martín Martín (2007) escreve que, com os aportes teóricos de Marx, Engels e Lênin, Mao Tse Tung explicará a realidade da China pré-revolução e a dependência do capitalismo chinês a partir do conceito de capitalismo burocrático como categoria de análise, um capitalismo atrasado ligado ao latifúndio e ao imperialismo. É a forma que o capitalismo assumiu nos países onde não ocorreram revoluções burguesas ou ficaram incompletas.

A principal característica dos países onde o capitalismo assume a forma de capitalismo burocrático é a presença de relações pré-capitalistas no campo, a permanência da semifeudalidade, tais como “a manutenção de relações de produção (regimes de propriedade) de natureza pré capitalista: o sistema de pagamento em trabalho como parcerias em colheitas, empreitada e trabalho por produção, trabalho gratuito, entrega de partes da produção, entrega de parcelas em troca de trabalho na fazenda, etc.” (MARTINS, 2009, p. 31)

O conceito de capitalismo burocrático coloca na centralidade da análise o movimento do imperialismo nas nações dominadas, que tem reflexo na introdução de capital estrangeiro como um investimento necessário para o desenvolvimento do país, provocando cada vez mais o processo de desnacionalização da economia e o perpétuo arruinamento das indústrias nacionais. Importante ficar claro que o fenômeno da semifeudalidade, como uma relação social que se encontra no contexto agrário, é característico do capitalismo de tipo burocrático, suas características são a conjugação da servidão e do latifúndio, não se trata de um feudalismo historicamente datado, de um modo de produção feudal, “não se está realizando uma transposição mecânica da realidade de determinadas partes da Europa medieval para as realidades dos séculos XIX,

²⁰ LÊNIN, Ilitch Vladimir. **O Imperialismo:** etapa superior do capitalismo. São Paulo: FE/UNICAMP, 2011.

XX e XXI” (GOMES, 2014). No mesmo sentido, Souza também chama atenção: “É importante compreender que a definição de capitalismo burocrático, de semifeudalidade, não significa falar de feudalismo, nem de modo de produção feudal, e sim de capitalismo burocrático, que é uma parte nova dentro do processo histórico, e isto não se confunde com produção feudal.” (SOUZA, 2014, p. 64). Por que a semifeudalidade e a semi-colonialidade são características do capitalismo burocrático?

Semifeudais pois, ainda que apresentem em determinados pontos de seus territórios um alto grau de desenvolvimento de relações capitalistas, mantêm também um amplo leque de relações pré-capitalistas, sendo mais exato denominá-las como relações semifeudais, devido ao fato de constituírem relações não-capitalistas, mas que contribuem para o processo geral da acumulação capitalista, sendo, a seu modo, formas de extração de mais-valia – em determinados casos perpassados por meios brutais – dos trabalhadores do campo e da cidade. Semicoloniais pois, ainda que formalmente sejam países soberanos, vivem sob o jugo do imperialismo quando se trata do processo de produção da vida material humana em seu interior. (GOMES, 2014, p. 37)

É possível, mesmo que contraditoriamente, a existência de relações pré-capitalistas dentro do modo de produção capitalista. Oliveira chama a atenção para a existência pré-capitalista de renda da terra, também chamada de camponesa, por exemplo a renda da terra em trabalho onde o camponês trabalha nas terras de alguém e em troca recebe um pedaço de terra para trabalhar para si (OLIVEIRA, 2007). Além da renda da terra em trabalho, existe a renda da terra em produto e a renda da terra em dinheiro. A renda da terra em produto “se origina do fato de que o trabalhador cede parte de sua produção pela cessão do direito de cultivar a terra de outrem.” (OLIVEIRA, 2007, p. 45). A LCP identifica a presença de formas de renda da terra pré-capitalista na estrutura agrária brasileira que se manifesta nas relações de semisservidão no campo.

Souza (2014) utiliza-se do conceito de capitalismo burocrático como categoria analítica para interpretar a realidade brasileira. Em sua pesquisa destaca as seguintes afirmações sobre o aspecto da semifeudalidade no Brasil:

A marca mais profunda da semifeudalidade encontra-se nas formas precárias de acesso à terra. Conforme o Relatório do PNAD 2009, assim como os dados do Censo Agropecuário do IBGE/2006, 30% dos camponeses trabalham como parceiros, arrendatários, posseiros, meeiros e outras categorias de trabalhadores submetidos às relações mais atrasadas e rudimentares. As grandes propriedades são consideradas “modernas empresas capitalistas”, mas as relações de

trabalho não o são. O trabalho assalariado no campo não tem características capitalistas e os latifúndios empregam pouca mão-de-obra, geralmente informal, como o trabalho dos diaristas, chamados no Brasil de “boias-frias.” Os camponeses que trabalham temporariamente, sem carteira assinada, “moradores”, “agregados”, peões, meeiros e parceiros, vivem numa situação de ausência de autonomia econômica, são subordinados aos grandes proprietários de terras. (SOUZA, 2014, p. 95)

Por fim, a partir da análise do capitalismo burocrático tem-se a conceituação de burguesia nacional e burguesia burocrática. A última burguesia se divide em compradora e burocrática propriamente dita, enquanto a burguesia nacional caracteriza-se como média burguesia, genuinamente nacional.

Para Lênin, a vinculação entre os bancos e a indústria forma uma oligarquia financeira que se completa com a vinculação pessoal entre estes e o Estado. Conforme Mao Tsetung, esta oligarquia se expressa na formação da grande burguesia existente nos países dominados. Esta, por sua vez, se divide em duas frações: burguesia burocrática e burguesia compradora. A burguesia burocrática é a grande burguesia instalada num país dominado pelo imperialismo, engendrada por e submetida ao imperialismo, mantendo relações contraditórias e não antagônicas com ele. Foi historicamente confundida com a burguesia nacional. A burguesia compradora é a grande burguesia que atua em vários países de forma monopólica ou buscando sempre extrair o lucro máximo de suas atividades, como, por exemplo, os capitais envolvidos na importação-exportação, setor financeiro, etc. (SOUZA, 2014, p. 40).

A burguesia burocrática - ou grande burguesia - está ligada ao latifúndio e ao imperialismo, sua fração burocrática se organiza em torno do Estado na criação e fortalecimento de empresas estatais com a utilização de capital estrangeiro. Mantém-se um relativo crescimento e autonomia de empresas estatais para depois vendê-las ao imperialismo. A fração compradora, por sua vez, está mais próxima do latifúndio, com a função de enfraquecer o mercado interno e a nacionalização da economia (GOMES, 2014). Partiremos agora para a compreensão de que forma o capitalismo burocrático se instaurou no Brasil.

3.3.2.1 Capitalismo burocrático no Brasil

O enfraquecimento econômico das potências imperialistas, principalmente os EUA, causado pelas duas guerras imperialistas mundiais e a queda da bolsa de valores de 1929, foram momentos em que o Brasil teve um relativo desenvolvimento econômico

autônomo, com crescimento de indústrias e fortalecimento da burguesia nacional, uma vez que os países capitalistas centrais precisavam dispor de esforços para sua recuperação econômica (GOMES, 2014.). Seguindo a análise do capitalismo burocrático, o desenvolvimento de uma burguesia industrial de base nacional que se tornou possível nessas circunstâncias, mostrou-se um duro golpe na burguesia compradora, que se apoia no latifúndio e no mercado financeiro. Dessa forma, o movimento de 1930 é uma expressão dessa luta entre as frações das classes dominantes, burguesia nacional de um lado, e burguesia compradora e latifúndio de outro: “na primeira metade da década de 1930, é possível observar um fortalecimento considerável desta burguesia nacional, o que vai se dar até o momento em que o imperialismo estadunidense se recupera da depressão que lhe ocorre nesta década. A partir deste momento, essa fração burguesa passará a se converter à condição de burguesia burocrática.” (GOMES, 2014, p. 49).

Na mesma linha interpretativa, Souza defende que o golpe de 1930, isto é, a disputa entre as frações da burguesia e decadência da economia cafeeira que gerou revoltas militares, foi erroneamente chamado de Revolução de 1930. Muitas interpretações afirmam que ocorrido já no Brasil a revolução democrático-burguesa - culminação do movimento de 1930 - estaríamos já na fase da revolução socialista no Brasil. O que é completamente incorreto: o que houve foi um rearranjo das classes dominantes no poder, nem chegou a haver mudança de classes no poder político, apenas um reordenamento das frações burguesas. (SOUZA, 2014): “Como podemos caracterizar a chamada “Revolução de 1930” de revolução burguesa se a estrutura econômica e social não sofreu nenhuma alteração? A estrutura agrária arcaica assentada no latifúndio permaneceu intocada. Uma das principais tarefas de uma revolução democrático-burguesa seria a de destruir o sistema latifundiário” (SOUZA, 2014, p. 77).

Os estudos brasileiros que tomam o conceito de capitalismo burocrático como categoria de análise consideram que ele foi consolidado no governo Vargas, que coloca a burguesia burocrática no poder em meio a uma crise de disputa pelo poder pelas classes dominantes: elites agrárias e grande burguesia. “Vargas, como representante da burguesia burocrática, fez uma composição de interesses entre imperialismo e latifundiários e a fração compradora da burguesia brasileira, consolidando a fração burocrática no poder e uma política de repressão e abrandamento das lutas sociais por meio da criação de parques diretos trabalhistas” (SOUZA, 2014, p. 79).

Ainda que as características de semifeudalidade e semicolonialidade, que compõem os países capitalistas burocráticos, já estivessem presentes na realidade

brasileira, com suas manifestações principalmente no contexto agrário, ainda não havia um desenvolvimento de forças produtivas capitalistas integradas a essas características como passará a existir na década de 1930 (GOMES, 2014): um capitalismo que se assenta sobre as bases semifeudais - relações pré-capitalistas no campo - e as mantém. Além de Gomes (2014) e Souza (2014), temos Martins (2009) e Estevão (2019) que buscarão identificar a presença de um capitalismo de tipo burocrático no país. O capitalismo burocrático como categoria de análise nos permite, portanto, compreender a questão agrária em países que mantém dependência econômica com os países capitalistas centrais (semi colônias), que não passaram por uma revolução burguesa clássica, compreender o problema camponês nos países dominados, isto é, o problema da expulsão dos camponeses de suas terras empurrando-os para a condição de miséria e arruinamento constante.

3.3.2.2 O programa de Nova Democracia: Revolução Agrária

A LCP se organiza em Comitês de Revolução de Agrária com o objetivo de impulsionar a aplicação de seu programa agrário em que constam as seguintes proposições:

- 1 — Fim do latifúndio, a terra para quem nela trabalha;
- 2 — A terra com destinação social segundo os interesses da imensa maioria do nosso povo e dos interesses nacionais;
- 3 — Nacionalização da terra e estatização das grandes empresas capitalistas rurais, em perspectiva;
- 4 — Por nova política agrícola e de créditos voltada para viabilizar os pequenos e médio proprietários;
- 5 — Criação de agrovilas e promoção da agroindústria em toda região rural do país;
- 6 — Criação do sistema de saúde dotado de toda infra-estrutura no campo;
- 7 — Criação do sistema de educação centrado na concepção da Escola de novo tipo vinculada à produção e a luta de classes;

- 8 — Organização social e política independente baseada na democracia direta das Assembleias Populares;
- 9 — Política especial para a região de seca (semi-árido) região nordeste;
- 10 — Política especial para a região amazônica, fim da exploração predatória e fortalecimento da produção agrícola segundo as vocações do meio geográfico, os interesses das massas trabalhadoras e da Nação;
- 11 — Apoio à luta dos trabalhadores da cidade, desenvolver e fortalecer a aliança operário-camponesa;
- 12 — Reconhecimento e apoio ativo à autodeterminação das nações e povos indígenas;
- 13 — Fortalecimento e desenvolvimento ideológico-político das massas voltadas à coletivização da terra em perspectiva;
- 14 — Por uma nova economia, uma nova cultura, uma nova política de nova democracia e um novo Poder Democrático Popular;
- 15 — Solidariedade internacionalista com a luta dos povos contra o imperialismo e pelo progresso;

Como vimos, com a Revolução Russa e o impulsionamento de revoluções proletárias no início do século XX, a burguesia se torna reacionária e se encerra a era das revoluções burguesas (democráticas) clássicas. Portanto, ficam pendentes os problemas democráticos nos países de capitalismo tardio, em que o capitalismo surge já em sua fase imperialista. A questão agrária então passa a fazer parte do programa do proletariado em aliança com o campesinato em uma revolução de novo tipo. É essa revolução que destruirá o capitalismo burocrático e, conseqüentemente, a situação de miséria do nosso povo no campo e na cidade:

A partir deste momento, apresenta-se a necessidade histórica do surgimento de um novo perfil de processo revolucionário que possua condições de derrubar as estruturas associadas ao capitalismo burocrático e daí fazer surgir outro modelo de sociedade. Este processo é o que Mao Tsetung denomina como a revolução democrática de novo tipo, ou revolução de nova democracia. O primeiro passo para a ocorrência deste processo é a Revolução Agrária. (GOMES, 2014, p. 58)

A LCP, como já identificamos, substitui a reivindicação de “Reforma Agrária” por “Revolução Agrária”, veremos melhor de que forma ocorre tal diferença na qual a Liga considera um salto de qualidade no movimento camponês do Brasil.

Imagem 3: Camponeses da LCP realizam ato de celebração dos 20 anos da resistência de Corumbiara



Fonte: Jornal Resistência Camponesa, publicado em 15 de agosto de 2015.

3.3.2.3 Revolução Agrária x Reforma Agrária

Enquanto a reforma agrária altera a estrutura fundiária sem alterar o modo de produção vigente, a revolução agrária propõe a transformação da estrutura fundiária junto com a transformação radical de toda a ordem social que existe:

As revoluções agrárias sempre estiveram histórica e estreitamente relacionadas ao conceito de revolução camponesa. Dessa forma, o conceito de revolução agrária implica necessariamente, na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de uma outra sociedade. Portanto, quando um movimento social reveste-se de uma

forma ampla e radical de transformação, trata-se de uma revolução agrária. (OLIVEIRA, 2007, p. 71)

Nas análises de Souza (2014), a autora considera que a reforma agrária em curso no Brasil é o modelo de reforma agrária tutelada pelo Estado, análise da qual Marinho (2009) também está de acordo. É uma reforma agrária que não toca no problema da concentração de terras, não elimina o monopólio da propriedade da terra, o que ocorre é o incentivo de colonização de terras devolutas, muitas inexploradas, além de que “beneficia os latifundiários parasitários que utilizam a terra apenas para especulação financeira, com o pagamento de vultosas indenizações pelas terras desapropriadas. É a reforma agrária de mercado, em que a terra é comprada pelo Estado, seguindo o exemplo instituído no Brasil desde 1850, com a Lei de Terras” (SOUZA, 2014, p. 90). A desapropriação de terras por função social expressa a luta por reforma agrária do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), como vimos, a qual Souza (2014) considera como modelo de reforma agrária historicamente fracassada e destaca a atuação da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) como contraposição ao modelo de reforma agrária tutelada ao desenvolver a Revolução Agrária. Nesse sentido, Gomes (2014) argumenta que o MST desenvolve uma luta pela reforma agrária nos marcos do Estado enquanto a LCP, por outro lado, propõe e desenvolve a Revolução Agrária como primeira etapa da revolução de nova democracia “que se opera como um processo de tomada de terra, da realização do que denomina como o corte popular, realizado pelos próprios camponeses e da construção de mecanismos que permitam o exercício do poder popular nas áreas tomadas” (GOMES, 2014, p. 63).

Por Revolução Agrária, portanto, entende-se que não se trata somente de luta pela terra, contra o agronegócio. Trata-se de uma luta revolucionária pela transformação do sistema econômico e político por meio da organização e aliança das massas camponesas e proletárias do Brasil: revolução agrária como primeiro passo no desenvolvimento da Revolução de Nova Democracia ininterrupta ao socialismo. O camponês é o aliado mais seguro do proletariado, por isso a movimentação do campesinato faz com que a burguesia tema o fim do latifúndio, pois ela compreende que tal aliança pode significar o seu fim enquanto classe, “o campesinato representa força potencial de enormes proporções. É no seu atraso secular que repousa o motivo principal da lentidão do avanço do processo de libertação” (SODRÉ, 1967, p 377).

A seguir, imagens de uma feira da Revolução Agrária realizada por camponeses do povoado de Porto da Rua, localizado no município de São Miguel no estado de Alagoas. As feiras da Revolução Agrária servem para propagandear a revolução agrária e o trabalho feito pelos camponeses com a amostra de seus produtos. (RESISTÊNCIA CAMPONESA, 2013).

Imagem 4: Feira da Revolução Agrária, município de São Miguel



(Fonte: Jornal “Resistência Camponesa”, publicada dia 8 de maio de 2013)

Imagem 5: Feira da Revolução Agrária, município de São Miguel



(Fonte: Jornal “Resistência Camponesa”, publicada dia 8 de maio de 2013)

Imagem 6: Povoado de Porto da Rua, São Miguel – AL.



(Fonte: Jornal “Resistência Camponesa”, publicada dia 8 de maio de 2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho, além de identificar o debate sobre a “revolução brasileira” no contexto do nacional-desenvolvimentismo (1950-1960) e, dentro do debate, localizar as interpretações sobre a questão agrário-camponesa a partir de N.W. Sodré e Caio Prado Jr., buscou apresentar as bases ideológicas da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), que se constitui como um movimento camponês revolucionário de vertente maoísta. A esquerda brasileira das décadas de 1950 e 1960 esteve dividida entre uma revolução democrático-burguesa como primeira etapa ou uma revolução socialista, Sodré, como representante da revolução democrático-burguesa, teve seu projeto derrotado após o golpe civil-militar fascista de 1964, tal desilusão levará Caio Prado Jr. a reelaborar uma nova teoria da revolução brasileira, agora definitivamente socialista. Buscamos apresentar as particularidades que a questão agrário-camponesa apresentou em cada uma das teorias - se camponês ou trabalhador rural – partimos da compreensão da atualidade e necessidade do conceito de campesinato para analisarmos as contradições que se encontram nos campos brasileiros, para além disso, apresentamos pesquisas que se utilizam do conceito de “brecha camponesa” para entender as origens e formação do campesinato brasileiro.

Principalmente, o trabalho teve o objetivo de apresentar a questão agrária brasileira na perspectiva da Liga, para isso, fez-se necessário conceituar a categoria de capitalismo burocrático, a semifeudalidade, revolução agrária e revolução de Nova Democracia, conceitos-chave para compreendermos a linha de atuação da LCP. Na China, com os aportes teóricos de Marx, Engels e Lenin, Mao Tse Tung explica a realidade chinesa a partir das conceituações marxistas e denomina o capitalismo atrasado, ligado aos grandes proprietários de terra e ao imperialismo que se desenvolve na China como capitalismo burocrático, categoria que continuará sendo desenvolvida por estudiosos marxistas que afirmarão ser o conceito de capitalismo burocrático um conceito que se aplica para a realidade de diversos países que não tiveram ou não completaram uma revolução burguesa clássica, deixando pendente a questão agrário-camponesa nesses países e que, portanto, a questão agrário-camponesa passa para o campo das revoluções proletárias:

Os conceitos de imperialismo e capitalismo burocrático se ligam diretamente à questão agrária, uma vez que o problema da terra tem atravessado todos os processos socioeconômicos da humanidade. Com o desenvolvimento do imperialismo, como fase superior e última do

capitalismo, encerrou-se a etapa das revoluções burguesas, deixando pendente a questão da democratização da terra nos países coloniais e semicoloniais. (SOUZA, 2014, p. 53)

A semifeudalidade, portanto, é um fenômeno do capitalismo burocrático, isto é, a conjugação da servidão e do latifúndio, dos laços de dependência que o camponês mantém com os grandes proprietários de terra. A semifeudalidade significa a permanência de relações pré-capitalistas no campo. É a persistência do problema agrário-camponês as causas do atraso em nossa agricultura, isto é, milhões de camponeses sem terra e numerosas famílias afetadas pelo subemprego, conflitos e invasão de terras, destruição de recursos naturais e degradação do meio ambiente. A partir dessa interpretação, temos a caracterização do Brasil como um país semifeudal e semicolonial do ponto de vista da análise do capitalismo burocrático.

É nesse sentido que a revolução democrática de novo tipo (Nova Democracia) se revela como a solução para destruir as bases desse capitalismo atrasado e ligado ao imperialismo denominado de capitalismo burocrático, uma revolução que se apresenta como necessidade histórica, a esse processo Mao Tse Tung denominou de Revolução de Nova Democracia, isto é, uma revolução burguesa porque resolve questões democráticas que a burguesia tornou-se incapaz de levar adiante pelo seu novo caráter contrarrevolucionário e de novo tipo porque será levada a cabo pela aliança conjunta das massas populares: proletariado e campesinato, novo tipo porque pertence, agora, ao campo das revoluções proletárias. A primeira parte desse processo de revolução democrática de novo tipo ou Revolução de Nova Democracia é a Revolução Agrária. Como vimos, por revolução agrária entende-se uma transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de uma outra sociedade.

A relevância da pesquisa está em chamar atenção para a necessidade de um aprofundamento do estudo sobre capitalismo burocrático no Brasil como forma de compreender e solucionar a questão agrária-camponesa no país bem como alertar para o fato de que, embora o direito à terra de trabalho seja um fator comum de reivindicação entre os camponeses, o movimento camponês no Brasil não se caracteriza como uma unidade sem contradições, pelo contrário, há divergências quanto as suas ações e

concepções, por essa razão apresentamos o MST como contraposição à LCP com o objetivo de mostrar a existência de movimento(s) camponês(es) no Brasil.

A Liga, como vimos, aponta para a atualidade das discussões sobre a formação histórica brasileira e seu modo de produção não como um fim em si mesmo, mas como necessidade de transformação social. Se a nova concepção de se fazer política, a partir das premissas dos Novos Movimentos Sociais, de lutas fragmentadas e pontuais tornou-se, de fato, predominante, a Liga dos Camponeses Pobres apresenta para a sociedade brasileira um programa revolucionário de transformação da ordem social vigente com os aportes teóricos de Marx, Engels, Lenin e Mao Tse Tung a partir de três frentes principais: a interpretação marxista sobre o caráter de classe do Estado, a análise da fase imperialista do capitalismo e os conceitos de capitalismo burocrático e revolução de nova democracia.

Dentro do Brasil há vários Brasis, assim como há, também, uma disputa de projetos políticos e ideológicos sobre qual Brasil deve continuar e qual deve deixar de existir, a atualidade do debate sobre revolução brasileira diz respeito ao que já foi, ao que é e ao que desponta no presente: um Brasil que pode vir a ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Nosso Caminho, LCP, 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org>
Programa Agrário do MST (Secretaria Nacional do MST, 2013).

Cabanos agitam a cidade com feira da Revolução Agrária!. **Jornal Resistência Camponesa**. Escrito por LCP do Nordeste, 8 de maio de 2013.

Camponeses completam retomada de Santa Elina 25 anos após a batalha. **Jornal “A Nova Democracia”**. Ano XIX, nº 235, setembro de 2020.

A revolução agrária é o início da emancipação da nação. **Jornal “A Nova Democracia”**, 2021.

Ligas Camponesas voltam ao Nordeste. **Jornal “A Nova Democracia”**. Ano VII, nº 50, fevereiro de 2009.

Bibliografia

BALMAND, Pascal. A renovação da história política. In: BOURDÉ, G.; MARTIN, R. (org.). **As Escolas Históricas**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

BATELLA, David Batista. **A liga dos camponeses pobres e a luta pela terra no Norte de Minas**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em História/PPGH, 2021.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BOURDÉ, Guy. A escola metódica. In: BOURDÉ, G.; MARTIN, R. (org.). **As Escolas Históricas**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S.B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.) **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VANFAS, Ronaldo. (Orgs). **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DEL ROIO, Marcos. Sodr e e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualiza o. In: CUNHA, Paulo Ribeiro; CABRAL, Fátima (Orgs.). **Nelson Werneck Sodr e: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ESTEVI O, Larissa dos Santos. **Imperialismo e políticas educacionais para o ensino médio no Brasil**. Disserta o (mestrado). UFPE, Recife, 2019.

GOMES,  lisson Di ni. **Conquista da Terra: Canaã, a Liga dos Camponeses Pobres em Rondônia e a Perspectiva da Transforma o Social no Campo**. Disserta o (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Funda o Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas “a esquerda brasileira”**: das ilusões perdidas   luta armada. São Paulo: Editora  tica, 1987.

GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. **O marxismo de Nelson Werneck Sodr e**. In: SILVA, Marcos (Org). Nelson Werneck Sodr e na historiografia brasileira. São Paulo: EDUSC, 2001.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Forma o da pequena propriedade: intrusos e posseiros. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S.B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.) **Camponeses brasileiros: leituras e interpreta es clássicas**. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

KARNEN, Hartmut. Movimentos sociais: revolu o no cotidiano. In: WARRENSCHERER, Ilse; KRISCHKE, Paulo J (Orgs). **Uma revolu o no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolu o**: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolu o. São Paulo: Boitempo, 2017.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira Da. A questão da agricultura de subsistência. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S.B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.) **Camponeses brasileiros: leituras e interpreta es clássicas**. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

LOVATTO, Angélica. Iseb: do nacional-desenvolvimentismo   revolu o brasileira. **Revista Princípios**, n  162, jul/out. 2021.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. São Paulo: Pólis/Vozes, 1984.

MARTÍN MARTÍN, V.O. **El papel del campesinato en la transformación del mundo actual**. Valencia: Baladre, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MARTINS, Márcio Marinho. **Corumbiara: massacre ou combate? A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 2009.

MEDEIROS, Marta Inez. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, nº 12, p. 57-67/ jan-jun 2008.

MESQUITA, Helena Angélica de. **Corumbiara: o massacre dos camponeses - Rondônia, 1995**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, M.L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAES, João Quartim de. A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros. In: MORAES, João Quartim de. (Org). **História do marxismo no Brasil: Os influxos teóricos**. Vol. 02. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995.

MORAES, João Quartim de. Nelson Werneck Sodré: a fundamentação marxista do programa nacional-democrático. In: SILVA, Marcos (Org). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. São Paulo: EDUSC, 2001.

MORAES, João Quartim De. Sodré, Caio Prado e a luta pela terra. In: CUNHA, Paulo Ribeiro; CABRAL, Fátima (Orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano – vol. 3: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). **Culturas políticas na História: Novos Estudos**. MG: Editora Fino Traço, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. (Comissão Editorial Labor)

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S.B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.) **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Seis interpretações sobre o Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 3, p. 269-306, 1982.

PERICÁS, Luiz Bernardo (Org). **Caminhos da revolução brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2019.

PRADO Jr, Caio. **A revolução brasileira: a questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRADO Jr, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo – colônia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.

REIS, José Carlos. Anos 1950: Nelson Werneck Sodré. In: REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. In: REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

RÉMOND, Réne (Org). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SILVA, David Pimentel Oliveira. **A Liga dos Camponeses Pobres (LCP) e a luta pela terra no Nordeste**: contribuição ao estudo sobre o movimento camponês no Brasil. Dissertação – UFS, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. Modos de produção no Brasil. In: LAPA, José Roberto do Amaral. **Modos de produção e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

SOUZA, Edson Rezende De. O ISEB: a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**. CES-JF, v.1, n.1, p. 147-164, jan./jul. 2010.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **Imperialismo e educação do campo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

TOLEDO, Caio Navarro de. Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré. In: SILVA, Marcos (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. São Paulo: EDUSC, 2001.